



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

BIANCA FELIPE PAIVA

**TEXTUALIDADE E RETEXTUALIZAÇÃO DE TEXTOS
RADIOJORNALÍSTICOS: UMA ANÁLISE DAS REPORTAGENS DO
JORNAL DA AMAZÔNIA, DA RÁDIO NACIONAL DA AMAZÔNIA**

Brasília
2012

BIANCA FELIPE PAIVA

**TEXTUALIDADE E RETEXTUALIZAÇÃO DE TEXTOS
RADIOJORNALÍSTICOS: UMA ANÁLISE DAS REPORTAGENS DO
JORNAL DA AMAZÔNIA, DA RÁDIO NACIONAL DA AMAZÔNIA**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa e Revisão de Texto.

Orientador: Francisca Cordélia Oliveira da Silva

Brasília
2012

BIANCA FELIPE PAIVA

**TEXTUALIDADE E RETEXTUALIZAÇÃO DE TEXTOS
RADIOJORNALÍSTICOS: UMA ANÁLISE DAS REPORTAGENS DO
JORNAL DA AMAZÔNIA, DA RÁDIO NACIONAL DA AMAZÔNIA**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-graduação *Lato Sensu* Língua
Portuguesa e Revisão de texto.

Orientador: Prof. Francisca Cordélia
Oliveira da Silva

Brasília, ____ de _____ de 2012.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Nome completo

Prof. Dr. Nome completo

Em primeiro lugar, dedico este trabalho a Deus, que sempre está ao meu lado, me abençoando e me protegendo do mal. À minha família, especialmente meus pais, Tereza e Francisco, pelo amor e pela educação que me deram. Ao meu namorado Pedro, por seu carinho, apoio e palavras de encorajamento.

AGRADECIMENTO(S)

Gostaria de agradecer a todos os professores que de alguma forma contribuíram com este trabalho. Um agradecimento especial à professora Francisca Cordélia, que acreditou no meu projeto e me ajudou a alcançar este resultado. Agradeço aos meus colegas de turma pela amizade e pelo companheirismo.

“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.”

Fernando Pessoa

RESUMO

O presente trabalho trata do processo de elaboração e edição do texto jornalístico, especialmente o radiojornalístico, na busca pelo texto de qualidade. Para isso, foram descritas as características do texto de rádio, presentes nos manuais de radiojornalismo, e o papel do editor na construção da reportagem. Um dos objetivos desta monografia foi verificar se o texto radiojornalístico contempla os sete aspectos da textualidade considerados pela literatura da área de Letras relevantes para a produção textual. Foram analisadas reportagens do Jornal da Amazônia, da Rádio Nacional da Amazônia. É possível identificar o emprego desses princípios no texto radiojornalístico. O processo de retextualização também é abordado neste trabalho, bem como a relação entre fala e escrita, que está diretamente ligada ao tema. A partir do conceito de retextualização, que é a transformação do texto falado em escrito, constatamos que este processo está relacionado à construção do texto de rádio, que é escrito para ser falado. Apresentamos ainda um modelo de retextualização que sugere nove operações de adequação textual. Com base em uma matéria do Jornal da Amazônia, vemos que estas ações são empregadas no processo de edição, mas de uma forma diferente e adaptada ao contexto jornalístico.

Palavras-chave: Texto. Rádio. Textualidade. Retextualização.

ABSTRACT

The present study discusses the process of drafting and editing of the journalistic text, especially the radio, in the quest for quality text. For this, we described the characteristics of radio text, found in the handbooks of radio journalism and the role of editor in the construction of the story. One objective of this thesis was to determine whether the radio text covers the seven aspects of textuality considered by the literature of the field of Literature relevant to the textual production. We analyzed reports of the Journal of the Amazon, the Amazon National Radio. As we shall see, it is possible to identify the use of these principles in the text radiojornalístico. Retextualization The the process of is also discussed in this study as well as the relationship between speech and writing, which is directly linked to the theme. From the concept of retextualization, which is the transformation of the spoken text in writing, we see that this process is related to the construction of radio text which is written to be spoken. Still present a model that suggests retextualization nine operations textual adaptation. Based on an article from Journal of the Amazon, we see that these actions are employed in the editing process, but in a different way and adapted to the context of journalism.

Key words: Text. Radio. Textuality. Retextualization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 RADIOJORNALISMO E TEXTUALIDADE	12
1.1 O Jornal da Amazônia	12
1.2 O Radiojornalismo	14
1.3 O papel do revisor/editor de rádio	20
2 ASPECTOS DA TEXTUALIDADE	25
2.1 Coesão	28
2.2 Coerência	33
2.3 Intencionalidade	36
2.4 Aceitabilidade	39
2.5 Situacionalidade	43
2.6 Intertextualidade	46
2.7 Informatividade	49
2.8 Critérios da textualidade: algumas conclusões	52
3 A RETEXTUALIZAÇÃO NA EDIÇÃO DAS MATÉRIAS DO JORNAL DA AMAZÔNIA	55
3.1 Fala e escrita: retextualização e edição	55
3.2 Os processos de retextualização e de edição	63
CONCLUSÃO	72
REFERÊNCIAS	75

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata do processo de elaboração e edição do texto jornalístico, especialmente o radiojornalístico, na busca pelo texto de qualidade. Para se chegar ao que chamaremos neste estudo de “bom texto” várias regras precisam ser empregadas e conhecimentos específicos adquiridos. Como o foco é o texto jornalístico, especificamente o radiojornalístico produzido pela equipe do Jornal da Amazônia, da Rádio Nacional da Amazônia, é preciso antes conhecer o trabalho realizado por esta emissora pública de rádio, que tem como missão levar informação de qualidade e imparcial à Amazônia Legal. O rádio ainda é o principal meio utilizado pela população amazônica para acessar as informações da região e do restante do país.

É importante que o leitor deste estudo entenda que escrever um texto jornalístico exige conhecimento teórico, que pode ser adquirido nos cursos de nível superior de Comunicação Social e por meio dos chamados “manuais de jornalismo”, mas é a prática e a convivência nas redações é que formam, de fato, o jornalista. O texto de cada veículo de comunicação, televisão, rádio, internet, e jornal impresso, segue regras semelhantes, mas cada um possui características próprias, como veremos no primeiro capítulo.

Serão apresentados os principais aspectos que um repórter de rádio deve levar em consideração ao redigir sua matéria, com base nas obras de autores da área do jornalismo. Em seguida, será descrito o papel do editor e sua importância no processo de construção da reportagem.

No segundo capítulo, o conceito de texto será detalhado, na perspectiva de que ele é um ato de comunicação e promove uma interação com o receptor.

Também será apresentado um estudo mais aprofundado (ou profundo?) dos princípios que devem ser observados na produção textual, a partir de autores da área de Letras. Não são regras propriamente ditas, mas são relevantes porque abrangem aspectos linguísticos, cognitivos e sociais. O objetivo é identificar de que forma eles estão presentes nos textos radiojornalísticos e se são fundamentais no processo de redação. Foram utilizadas como objetos de análise matérias de repórteres e estagiários da equipe do jornal, veiculadas na Rádio Nacional da Amazônia de 2010 a maio de 2012. O nome dos autores foi preservado.

A maioria dos veículos de comunicação possui editores com a função de buscar a adequação textual, conforme a linha editorial, e a correção gramatical, antes de se tornar público. É o caso do Jornal da Amazônia. Dificilmente uma matéria vai ao ar na Rádio sem antes passar pela revisão do editor. O texto final, o que é publicado, passa por um processo que no terceiro capítulo deste trabalho chamaremos de retextualização. Falar sobre este assunto implica promover a discussão sobre as duas modalidades da linguagem: fala e escrita. Também levanta questionamentos, que deverão ser respondidos neste estudo, sobre de que forma a retextualização estaria relacionada à elaboração do texto radiojornalístico. As dúvidas surgem quando definimos que a retextualização é o processo de transformação do texto falado para o escrito; e o texto radiojornalístico é escrito para ser falado.

Ainda no terceiro e último capítulo desta monografia será apresentado um modelo de retextualização, proposto por Mascuschi (2010), que sugere nove operações possíveis para se chegar ao que seria um “bom texto”. Com o exemplo de uma reportagem do Jornal da Amazônia que passou por vários processos de edição ou retextualização, será possível saber se esse modelo é aplicável.

Esperamos mostrar com este trabalho a teoria e a prática no processo de redação e edição de reportagens radiojornalísticas e de que forma elas podem ser ou estar relacionadas às teorias de produção textual que não fazem parte do conteúdo dos cursos de Comunicação Social e sim dos de Letras.

1 RADIOJORNALISMO E TEXTUALIDADE

O objeto de estudo dessa monografia são as reportagens produzidas pelo Jornal da Amazônia. Neste capítulo, o leitor poderá ter uma noção de como ele é produzido, do perfil da equipe de jornalistas e estagiários e também do público-alvo: os amazonidas. Também serão apresentadas as regras básicas para a construção de um texto jornalístico e de edição, com ênfase nos textos escritos para serem veiculados no rádio. Foram consultados autores que constam na maioria das listas bibliográficas dos cursos de Comunicação Social.

1.1 O Jornal da Amazônia

O Jornal da Amazônia é o jornal da Rádio Nacional da Amazônia, umas das emissoras de rádio da Empresa Brasil de Comunicação – EBC. A rádio foi inaugurada no dia 1º setembro de 1977 e transmite seu conteúdo em ondas curtas 11.780 KHz e 6.180KHz. Já o Jornal da Amazônia foi criado há seis anos. O Jornal vai ao ar de segunda a sexta-feira em duas edições, uma às 12h45 e a outra às 18h45.



Figura 1 – Logomarca EBC

Fonte: disponível em: <http://www.google.com.br/imgres>)

Acesso em: 6 jun. 2012.

Atualmente, a equipe é composta por quatro repórteres, quatro estagiários, duas editoras e um locutor. As notícias são voltadas para a população da Amazônia Legal, que é formada por nove estados: Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso. O sinal da rádio também alcança outros estados como Bahia, Piauí, Minas Gerais, Goiás e até os da região sul.



Figura 2 – Mapa Amazônia Legal

Fonte: disponível em: <http://www.google.com.br/imgres>)

Acesso em: 6 jun. 2012.

Os editores seguem basicamente as regras de texto e o formato do radiojornalismo. O diferencial está na especificidade do conteúdo, levando em conta o público-alvo e a região amazônica, rica em biodiversidade, culturas e comunidades tradicionais. Toda a apuração das pautas é feita em Brasília, por telefone. Em alguns casos, como a realização de eleições, plebiscitos e grandes eventos, o repórter viaja para fazer a cobertura. Atualmente, a Rádio não possui correspondentes na Amazônia, apenas conta com a parceria de algumas rádios da região.

A seleção de estagiários é feita pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). Para a EBC, são admitidos estudantes do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo a partir do 6º semestre. O contrato é de seis meses e pode ser prorrogado por igual período.

1.2 O Radiojornalismo

As regras do texto jornalístico são basicamente as mesmas para qualquer veículo, seja ele jornal impresso, televisão ou rádio. É o que afirmam os autores Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo Lima no livro *Manual de Radiojornalismo – Produção, Ética e Internet*. Para eles, “o redator deve ser claro, conciso, direto, simples e objetivo. O que diferencia o texto do rádio em relação aos outros veículos da imprensa escrita é a instantaneidade” (BARBEIRO; LIMA, 2003, p. 72).

Muitas vezes, para garantir que a notícia chegue o mais rápido possível ao ouvinte, o repórter de rádio não tem tempo para escrever um texto bem elaborado para entrar ao vivo. A notícia é relatada por meio de improviso. Na redação, é que ele vai fechar uma matéria completa, com entrevistas e repercussão dos fatos. Enquanto um radiojornalista pode transmitir uma informação em qualquer lugar usando um celular, quase simultaneamente ao acontecimento, o profissional da televisão precisa aguardar a montagem de uma série de equipamentos para garantir que uma notícia seja transmitida ao vivo.

Provavelmente o rádio seja o melhor veículo de transmissões “ao vivo” de acontecimentos que estejam ocorrendo agora. Por exigir pouco aparato tecnológico, uma notícia pode ir ao ar em poucos segundos, sendo transmitida à medida que o fato se desenrola. O rádio trabalha melhor com notícias que requeiram uma reação rápida. Há uma flexibilidade que não existe em nenhuma outra mídia, uma vez que comparativamente, poucas pessoas estão envolvidas no processo. O rádio pode simplesmente existir com uma pessoa e um telefone. Não há necessidade de câmeras, luzes ou

assistentes de produção. Geralmente é apenas um locutor e um microfone ou telefone separando-o do ouvinte. Qualquer um pode fazer uso do maior bem que o rádio proporciona: rapidez e simplicidade. (CHANTLER; STEWART, 2006, p. 9-10)

O repórter de rádio deve escrever como se contasse uma história. A linguagem deve ser mais coloquial do que formal para facilitar a o entendimento do público alvo. No caso do Jornal da Amazônia, por exemplo, a maioria dos ouvintes é de comunidades tradicionais da região como pequenos produtores rurais, ribeirinhos, índios e quilombolas. Prova disso é o retorno deles, principalmente, por meio de cartas e telefonemas. Zancheta (2004, p. 66) comenta o assunto:

Os jornais de maior circulação utilizam em parte a linguagem formal (registro culto, sobretudo escrito, somado à especialização das diferentes áreas de do conhecimento), embora este seja recorrente em notícias de campos específicos, voltados para leitores iniciados como os da área econômica. Prevalece a linguagem intermediária, menos carregada de jargões (termos de áreas específicas) e com palavras que transitam na maior parte das camadas sociais.

Outros quesitos considerados essenciais para uma reportagem: “originalidade do tema de tratamento, objetividade, trabalho do repórter, propriedade de edição, clareza, autenticidade, significância, personagens, emoção, empatia, audiência, correção do texto, gancho e conjunto” (BARBEIRO; LIMA, 2003, p. 56). Desses quesitos, podemos destacar pelo menos três, objetividade, clareza e correção de texto, que dependem diretamente da habilidade do jornalista com a Língua Portuguesa.

É fundamental que o futuro jornalista saiba também que escrever para o rádio nem sempre segue as normas dos livros de gramática, como explicam Chantler e Stewart (2006, p.48) na obra *Fundamentos do Radiojornalismo*,

Quando você produz um texto para ser lido, está simplesmente “narrando” fatos no papel de tal forma que possa posteriormente relatar para alguém como se estivesse conversando. Portanto, como nossa prática tem percebido, uma notícia radiofônica não segue necessariamente as regras da gramática; assim você pode produzir um texto escrito nos moldes da língua falada. Por isso, deve usar uma série de mecanismos que lhe assegurem que a matéria ou nota soe com espontaneidade e da forma mais natural possível.

Os autores dizem ainda que há uma escola de pensamento que diz que algumas regras gramaticais básicas são irrelevantes no rádio. Segundo eles, “existe um padrão de norma culta válida para o texto escrito, mas que soaria de certo modo pedante em um texto falado. Cada editoria de notícia tem o próprio estilo, mas em geral você deve ser gramaticalmente correto sem comprometer o som do texto escrito”.

O que Chantler e Stewart (2006, p.48) querem enfatizar é que objetivo do repórter tem que ser sempre escrever notícias para rádio como uma conversa informal, temperada com ordem e precisão. O resultado disso, de acordo com eles, é um estilo claro, econômico, direto e coloquial. “Rádio prefere palavras curtas às longas, sentenças simples às complexas, concreto ao abstrato, voz ativa à passiva e discurso direto à frase invertida”.

Os manuais de radiojornalismo trazem regras e técnicas para a adaptação do texto para o rádio. Existem capítulos voltados exclusivamente para a relação entre o texto radiojornalístico e a Língua Portuguesa. O *Manual de Radiojornalismo* de Barbeiro e Lima menciona algumas regras básicas para a redação do texto de rádio. Entre elas, podemos destacar:

- O texto deve começar com o lead, que é o resumo do que há de mais importante na matéria. Deve responder às seguintes perguntas: o quê, quando, onde, como e por quê. A missão do repórter é conquistar o ouvinte na primeira frase.
- O texto deve estar na ordem direta: sujeito + verbo + predicado.
- A pontuação no rádio merece atenção especial e deve ser respeitada. Ela ajuda o locutor a ~~dar~~ fazer as pausas e as entonações necessárias.
- Evitar frases longas, intercaladas por vírgulas. Elas dificultam a locução e o entendimento do ouvinte. Frases curtas ajudam o texto a ter ritmo.
- É importantes evitar a repetição de palavras para não empobrecer o texto. Ao mesmo tempo, é preciso estar atento ao uso de sinônimos. “O redator de bom senso não vai substituir hospício por nosocômio”.
- Evitar rimas e palavras com a mesma terminação. Também é preciso ter cuidado com os cacófatos.
- Não usar artigos antes de nomes próprios porque sugere intimidade do redator com a pessoa referida no texto.
- Evitar os gerúndios. Eles empobrecem o texto e deixam as frases mais longas desnecessariamente.
- Dar preferência ao uso do presente do indicativo ou do futuro composto quando estiver se referindo a algo que vai acontecer. Exemplo: “O presidente viaja amanhã” ou “o presidente vai viajar amanhã”. Evitar “o presidente viajará amanhã”.
- Números devem ser escritos por extenso. Facilita a leitura e o entendimento do ouvinte.
- Termos técnicos devem ser explicados.

Essas são algumas das regras que todo redator e editor deve ter em mente na hora de produzir um texto. Ao longo deste trabalho, outras normas básicas serão apresentadas.

É importante destacar que, no radiojornalismo, as “sonoras” são essenciais. Não basta a voz do repórter relatando o fato. As fontes também precisam falar. O texto de rádio é elaborado levando em consideração as entrevistas e, muitas vezes, a partir delas. O áudio de uma entrevista sempre passa por uma edição, que vai resultar em uma “sonora”. A sonora é o trecho da entrevista selecionada pelo repórter para a matéria. É o equivalente às falas entre aspas nos jornais impressos e de internet, por exemplo.

A sonora deve ter, em média, até 30 segundos de duração. Mas quando o conteúdo é de grande importância e a redução compromete a qualidade da informação, ela pode ter maior duração. Ela deve acrescentar uma informação à matéria e não repetir o que já foi dito pelo repórter. Nas matérias do Jornal da Amazônia, as sonoras escolhidas são sempre degravadas, ou seja, são digitadas na íntegra, sem necessidade de correção gramatical. Isso porque é importante para o editor ter a noção do que o entrevistado diz na entrevista e se isso condiz com o que foi relatado pelo repórter, como pode ser visto no exemplo de uma reportagem do Jornal da Amazônia:

MATÉRIA: Indígenas da etnia Paumari, em Lábrea, no Amazonas, denunciam possível golpe de suposto pastor evangélico. Eles relatam que receberam o homem em 24 de dezembro na aldeia Crispim, e logo, foram envolvidos pelas promessas de melhorias para a comunidade. Dias depois, ele foi embora do local, levando 13 indígenas.

A última notícia que se tem deles é da última quinta-feira. O pastor teria informado que estava tudo bem com o grupo e que estariam em Porto Velho, em Rondônia. O professor Edilson Paumari, que mora na aldeia, relata como o homem se apresentou na aldeia.

SONORA 1: “Todos os paumari ficaram super animados, e querendo receber os benefícios que ele prometeu. Ele chegou dizendo que era filho de desembargador, advogado, compositor, cantor, médico e dizendo que também era indígena, da etnia macuxi. Ele ficou com uma das paumari, se juntou com ela, dizendo que ia ser a esposa dele. Então precisou de uma babá, ele ia pagar um salário mínimo pra ela, e uma secretária, que ele ia pagar mil reais pra ela. As duas filhas dela foram com ele e também uma família dos paumari”.

A denúncia partiu de uma antropóloga que acompanha os paumari desde o ano 2000. Oiara Bonilla recebeu uma ligação, no último sábado, de uma senhora paumari preocupada com a filha, que teria ido no comboio do pastor. Oiara conta quais eram as promessas do pastor.

SONORA 2: “A promessa que ele fez pra muita gente da aldeia, pelo visto, é promessa de emprego. De emprego na cidade e, principalmente, de emprego na aldeia, porque pelo visto ele prometeu levar muitas coisas pra aldeia, e essa viagem seria pra buscar essas coisas na cidade: motores de luz, computadores, motores de barco, chegou a dizer que ia instalar internet lá”.

Agora, parte dos indígenas da aldeia está em Lábrea, cobrando providências das autoridades, mas uma solução parece estar longe. Segundo o professor e a antropóloga, foi o coordenador da Funai na cidade, Izac da Silva, quem levantou suspeita sobre o suposto pastor, dizendo que ele poderia ser um preso beneficiado pelo saidão de Natal. Mas a reportagem não conseguiu encontrá-lo, nem qualquer outro representante da Funai.

A reportagem também buscou a Polícia Civil do Amazonas, sem sucesso. Já a Polícia Militar disse que esse era um caso a ser tratado com a Polícia Federal – mas esta, respondeu que desconhecia o fato. A Coiab, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, também informou não ter informações sobre o caso.

O Ministério Público Federal no Amazonas, cuja missão institucional é a proteção dos direitos indígenas, não tem nenhum procedimento aberto de apuração dos fatos. Contudo, informou que está estudando o caso para abrir o processo mais adequado.

De Brasília, ...

A reportagem acima foi reproduzida exatamente como foi escrita pelo repórter responsável. É possível observar que a “sonora 1” tem mais de 30 segundos. Mas por causa da relevância para a matéria e da riqueza da descrição de detalhes, repórter e editor optaram por manter com essa duração. É importante explicar que programas de edição de áudio, como o *Audacity* e o *Sound Forge*, são utilizados para a edição das entrevistas. São eles que fazem a contagem do tempo e melhoram a qualidade do áudio. Mas podemos afirmar que uma sonora de 30 segundos corresponde a cerca de três ou quatro linhas digitadas, variando de acordo com o ritmo da fala do entrevistado.

No exemplo, percebemos também que as sonoras complementam ou reforçam o que foi dito anteriormente no texto, mas não repetem o que já foi falado.

Outra observação é a gravação sem correções gramaticais da sonora do entrevistado. Não há essa necessidade. O repórter não vai ler a sonora. Foi uma decisão editorial do Jornal da Amazônia pedir que os repórteres digitem as sonoras para que o editor tenha compreensão global do texto. O editor, inclusive, pode avaliar que determinada sonora é irrelevante para o texto e sugerir que o repórter a substitua ou pode, simplesmente, retirar a sonora da matéria.

1.3 O papel do revisor/editor de rádio

O revisor ou editor, como é mais usado no meio jornalístico, exerce função essencial no jornalismo. Na maioria das vezes, o texto original não está em condições de ser publicado, principalmente, quando é escrito por estagiários, o que é uma característica da formação que pouco atenta para a necessidade do treino da produção de textos e também da pouca experiência com a dinâmica do radiojornalismo. De acordo com Houaiss (apud RIBEIRO, 2007, p.1) usando o exemplo da revisão de livros,

[...] Mesmo quando linguisticamente o texto esteja em situação ideal, um preparo prévio, rápido que seja, tem de ser feito: a normalização da editora. Entretanto, em 90% dos casos, o texto entregue pelo autor não corresponde àqueles requisitos mínimos exigidos para que se possa ser submetido imediatamente à fase compositora e impressora, porque apresenta uma série de defeitos orgânicos.

Além de fazer as correções gramaticais que são fundamentais para um texto de qualidade, o editor verifica se a reportagem está de acordo com a linha editorial do veículo, se há equilíbrio entre as fontes, se a mensagem está sendo transmitida com clareza. É importante destacar que, em qualquer meio de comunicação, a

função do editor não está restrita à correção gramatical. Ele pode interferir no texto, modificando, retirando ou acrescentando informações que considerar necessárias.

O *Manual de Editoração da Embrapa* (2007, p. 22) também explica a função do revisor:

Corrige os erros gramaticais, sintáticos e gráficos. Se necessário, o texto pode ser copidescado, um processo no qual o texto é refeito ou melhorado, sofrendo alterações pertinentes na estrutura frasal e na adequação vocabular, imprimindo-se, assim, clareza e concisão aos enunciados e aos discursos.

O limite dessas alterações é determinado pelo tipo de veículo, emissora, linha editorial e também de editor para editor. Nesse último caso, trata-se de uma questão de estilo. Na edição das matérias do *Jornal da Amazônia*, por exemplo, o editor procura respeitar o estilo do repórter. Grandes alterações só são feitas quando o estilo compromete a qualidade da informação. Araújo (2006, p. 932) afirma que “o trabalho sobre o original não pode alterar muito esse comportamento básico do autor a que se chama estilo”. Segundo Borges (2007, p. 12),

Como o revisor não se atém apenas à correção de textos, mas também à interpretação, ele atua como o intermediário de uma comunicação eficiente entre o autor e o leitor. E, sendo o revisor um primeiro leitor do texto, ele pode dar um retorno para o autor do efeito de sentido produzido por seu discurso.

Para Borges (2007, p. 12), a revisão do texto é um atestado de qualidade e de credibilidade para o veículo de comunicação:

Quando lemos um texto, seja de jornal, livro, revista ou uma simples propaganda, e começamos a perceber incorreções, sentimos logo que sua credibilidade pode estar comprometida. Isso mostra que a qualidade de um texto é o principal fator a despertar interesse e confiança sobre o que expomos ou anunciamos. Daí a importância da revisão de textos, para que uma ideia proposta ou um produto oferecido alcance o seu objetivo maior.

No radiojornalismo, o editor tem o papel de deixar a reportagem mais organizada, bem estruturada e enxuta. É importante acrescentar que o trabalho desse profissional não fica restrito à revisão do texto. Ele também edita o áudio. Para Barbeiro e Lima (2003, p. 78), “o editor é o filtro do produto jornalístico, o responsável final pelas reportagens levadas ao ar. Ele corrige os erros detectados e avalia o tempo da reportagem considerando a qualidade e a importância do assunto”.

O editor de rádio e também o de televisão é quem escreve as manchetes e as “cabeças” das matérias que são lidas pelo locutor. Elas são responsáveis por chamar a atenção do ouvinte para a reportagem. As manchetes são aquelas frases curtas lidas uma atrás da outra na abertura de um jornal. A cabeça é o texto que chama a reportagem, não deve ser igual, por exemplo, à abertura do texto do repórter.

Chantler e Stewart (2006, p. 222) reforçam que

A cabeça da matéria é a abertura de uma notícia. É o fato mais importante, destacado logo no início da informação para prender a atenção do ouvinte. Geralmente a cabeça é lida pelo apresentador no estúdio. Deve-se evitar repetição no texto ou na locução ao vivo que se segue.

A título de exemplo, podemos identificar as partes no texto abaixo:

CABEÇA: *Canoa naufraga no Rio Negro e deixa quatro pessoas desaparecidas*

BOLETIM: *O acidente no Rio Negro aconteceu no início da tarde de terça-feira próximo à praia do Tupé, a 25 quilômetros de Manaus. Chovia forte no momento em que a canoa com rabeta naufragou com cinco pessoas a bordo.*

Segundo o Corpo de Bombeiros do Amazonas, a capacidade da embarcação era de até quatro pessoas.

Estão desaparecidas duas mulheres, uma de 75 anos de idade e outra de 31, e duas crianças, um menino e uma menina, de quatro anos.

O rapaz de 18 anos conseguiu se salvar. A assessoria do Corpo de Bombeiros informou que seis mergulhadores fazem buscas no local do acidente. Os trabalhos começaram às 7 da manhã e seguem até às 18 horas.

Até o fechamento desta edição, a reportagem não conseguiu contato com a Capitania dos Portos da Amazônia Ocidental para saber sobre a investigação das causas do naufrágio.

De Brasília, ...

Neste exemplo, é necessário explicar outro conceito do jornalismo. No rádio, chamamos de “boletim” o texto gravado sem sonora. Quando o repórter não tem o pedido de gravação de entrevista atendido ou não consegue contato com a fonte, mas tem informações oficiais, para não deixar de dar a notícia, é fechado um boletim. Nesse caso, ele deve dizer ao ouvinte que tentou a entrevista, mas não conseguiu e explicar o motivo. As fontes oficiais dessa matéria são o Corpo de Bombeiros e a Capitania dos Portos da Amazônia Ocidental, órgão responsável pela investigação de acidentes com embarcações.

É importante destacar que o Jornal da Amazônia não divulga matérias apuradas por jornais que não fazem parte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A pauta pode até partir de uma notícia de outro jornal, como o G1 ou Folha de São Paulo, mas as fontes serão novamente consultadas e o texto reescrito.

A maioria das regras mencionadas acima para a produção de uma boa reportagem está disponível nos chamados “manuais de jornalismo”, os quais sempre estão presentes nas listas de livros sugeridas pelos cursos de Comunicação Social. Esses manuais são fundamentais para que os estudantes tenham uma noção do passo a passo para a construção de uma matéria, mas é a prática, o dia a dia nas redações, que vai formar o profissional.

Para aprofundarmos essa noção de “bom texto”, no caso deste trabalho, especificamente, o radiojornalístico, veremos no próximo capítulo aspectos da

textualidade que devem ser levados em consideração na produção textual. São sete princípios, detalhados por Marcuschi (2008) e Val (1994), fundamentais não só do ponto de vista gramatical, mas também para a compreensão e produção de sentido. Esses aspectos são relevantes e alguns até obrigatórios, como a coesão e a coerência, para o texto jornalístico. Algumas reportagens do Jornal da Amazônia serão utilizadas como exemplo para evidenciar isso

2 ASPECTOS DA TEXTUALIDADE

Dentre as várias características já citadas que um texto radiojornalístico deve ter, podemos destacar duas: coesão e coerência textual. Os dois aspectos fazem parte dos sete princípios da textualidade descritos na obra *Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão* de Luiz Antônio Marcuschi (2008). O autor ressalta que, apesar de serem importantes não podem ser tomados como equivalentes a regras de boa formação textual, como veremos mais a frente. No entanto, abrangem o conceito de texto de Beaugrande (1997, p. 10 apud MARCUSCHI, 2008), que diz que “é essencial tomar o texto como um evento comunicativo no qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais”.

Marchuschi (2008, p. 79) esclarece que “o texto se dá como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas interativas e colaborativas”. O autor define o texto como uma atividade sociointerativa, que vai além de uma simples sequência de palavras escritas ou faladas. O texto permite uma interação entre as pessoas, não é simplesmente um artefato linguístico, mas um evento que ocorre na forma de linguagem inserida em contextos comunicativos.

Podemos chamar essa relação de contextual, segundo Marcuschi (2008), porque não se pode produzir nem entender um texto considerando apenas a linguagem. Essas relações ditas contextuais “se estabelecem entre o texto e sua situacionalidade ou inserção cultural, social, histórica e cognitiva (o que envolve os conhecimentos individuais e coletivos)”.

Sabemos que para se produzir um texto deve-se seguir algumas normas, mesmo que não sejam regras rígidas. Sabemos que não se pode enunciar de qualquer forma os conteúdos, já que isso não favoreceria a compressão

pretendida. Também sabemos que deve haver uma noção clara do quanto se deve dizer e do quanto se pode deixar de dizer, isto é, sabemos que os textos são desenhados para interlocutores definidos e para situações nas quais supomos que os textos devem estar inseridos- (MARCUSCHI, 2008, p. 78).

É importante ainda definirmos o conceito de texto. Para Beaugrande (1997, p. 13 apud MARCUSCHI, 2008, p. 89), “um texto não existe, como texto, a menos que alguém o processe como tal”. Marcuschi (2008) diz que “o que faz um texto ser um texto é a discursividade, inteligibilidade e a articulação que ele põe em andamento”. Para ele, dada configuração linguística funciona como um texto quando consegue produzir efeitos de sentido, coerência e etc. O texto pode fazer sentido para determinada pessoa ou comunidade se ele estiver dentro de seu contexto histórico, cultural e social.

Marcuschi (2008, p. 89) explica que, quando esse objetivo não é atingido, “não é por uma questão individual ou um problema de relativismo e sim de falhas no acesso à produção de sentido”. Ele cita o exemplo de alguém que se depara com um texto em russo e não fala russo. Esse texto não vai operar como texto para essa pessoa. Outro exemplo é a mensagem escrita na parede de um restaurante com a grafia da língua portuguesa incorreta: “Ceja bem vindo e esprimente a linguça”:-

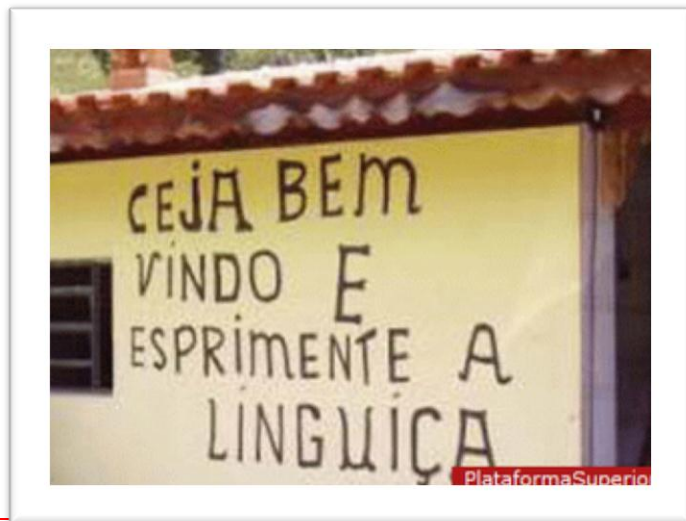


Figura 3 – Mensagem de boas-vindas do restaurante
Fonte: disponível em: <http://www.google.com.br/imgres>
Acesso em: 6 jun. 2012.

Apesar dos erros, ele produz seu efeito discursivo e é perfeitamente compreensível por qualquer pessoa que conheça a língua portuguesa. Marcuschi (2008, p.91) resume: “a textualidade não depende, de um modo geral, da correção sintático-ortográfica da língua e sim da sua condição de processabilidade cognitiva e discursiva”.

Tomemos o exemplo do texto jornalístico. A correção gramatical é fundamental, mas o texto precisa se comunicar com o leitor, telespectador ou ouvinte. Não adianta estar bem escrito, obedecendo às regras da língua portuguesa, se não é compreendido, se não atinge o objetivo de informar determinado acontecimento. Há alguns anos, um ouvinte do Jornal da Amazônia elogiou as reportagens dizendo que achava muito bonito o jeito que nós falávamos, mas que não entendia nada. Para esse ouvinte, a reportagem funcionava como um texto em outra língua, como foi citado anteriormente, isto é, não fazia sentido para ele. O cuidado com a produção dos textos jornalísticos tem que ser redobrado,

principalmente com os de rádio, em que o ouvinte só tem uma chance de ouvir a notícia. Não é como o jornal impresso, em que o leitor pode voltar e refazer a leitura.

Marcuschi (2008, p. 93) defende que “um texto, enquanto unidade comunicativa, deve obedecer a um conjunto de critérios de textualização (esquematização e figuração), já que ele não é um conjunto aleatório de frases, nem é uma sequência em qualquer ordem”.

O autor explica que as sete condições da textualidade não constituem princípios de formação textual e sim critérios de acesso à produção de sentido. São elas: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade e informatividade. Mas ele enfatiza que esses critérios não têm todos o mesmo peso e a mesma relevância, não se distinguem de maneira tão clara como aparentam e alguns são até mesmo redundantes. O termo critério é usado, inclusive, no lugar de princípio, para que não funcionem como leis linguísticas, já que, no caso de sua ausência, não impedem que se tenha um texto. Para Marcuschi (2008), “o texto, quando considerado como unidade, é uma unidade de sentido e não unidade linguística”.

Vamos analisar cada critério da textualidade e verificar a relevância para o texto radiojornalístico.

2.1 Coesão

A coesão é considerada um dos principais critérios para um bom texto jornalístico e, para alguns autores, é o critério mais importante da textualidade.

Marcuschi (2008, p. 99) diz que “os processos de coesão dão conta da

estruturação da sequência [superficial] do texto (seja por recursos conectivos ou referenciais); não são simplesmente princípios sintáticos. Constituem os padrões formais para transmitir conhecimentos e sentidos”.

Segundo o autor, existem dois tipos de coesividade:

- Conexão referencial (realizada por aspectos mais especificamente semânticos), e
- Conexão sequencial (realizada mais por elementos conectivos).

Mas Marcuschi considera que, apesar de esses critérios sempre serem tidos como constitutivos da textualidade, a coesão não é necessária e nem suficiente, ou seja, sua presença garante a textualidade e sua ausência não impede a textualidade. Ele cita o exemplo do texto “Circuito Fechado”, de Ricardo Ramos, que tem uma estrutura diferente, fragmentada e sem retomadas explícitas entre as sequências das sentenças, “o que não impede que funcione como um texto perfeitamente inteligível”. Confira um trecho do texto mencionado:

Circuito Fechado

Chinelos, vaso, descarga. Pia, sabonete. Água. Escova, creme dental, água, espuma, creme de barbear, pincel, espuma, gilete, água, cortina, sabonete, água fria, água quente, toalha. Creme para cabelo; pente. Cueca, camisa, abotoaduras, calça, meias, sapatos, gravata, paletó. Carteira, níqueis, documentos, caneta, chaves, lenço, relógio, maços de cigarros, caixa de fósforos. Jornal. Mesa, cadeiras, xícara e pires, prato, bule, talheres, guardanapos. Quadros. Pasta, carro. Cigarro, fósforo. Mesa e poltrona, cadeira, cinzeiro, papéis, telefone, agenda, copo com lápis, canetas, blocos de notas, espátula, pastas, caixas de entrada, de saída, vaso com plantas, quadros, papéis, cigarro, fósforo. Bandeja, xícara pequena. Cigarro e fósforo. Papéis, telefone, relatórios, cartas, notas, vales, cheques, memorandos, bilhetes, telefone, papéis (...).

Na definição de Koch (1989, p. 19 apud MARCUSCHI, 2008, p. 108), “o conceito de coesão textual diz respeito a todos os processos de sequencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação linguística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual”. A coesão seria um facilitador da compreensão e da produção de sentido.

Os mecanismos da coesão dão conta da sequência superficial do texto (seja por recursos conectivos ou referenciais); não são simplesmente princípios sintáticos e sim uma espécie de semântica da sintaxe textual, onde se analisa como as pessoas usam os padrões formais para transmitir conhecimentos e produzir sentidos com recursos linguísticos- (MARCUSCHI, 2008, p. 119).

Para Val (1994, p. 6-7), a coesão é uma manifestação linguística da coerência, que será tratada a seguir neste trabalho. Segundo a autora, “a coesão advém da maneira como os conceitos e relações subjacentes são expressos na superfície textual”. Por ser responsável pela unidade formal do texto, “constroi-se através de mecanismos gramaticais e lexicais”. Val detalha quais são esses mecanismos:

Entre os primeiros estão os pronomes anafóricos, os artigos, a elipse, a concordância, a correlação entre os tempos verbais, as conjunções, por exemplo. Todos esses recursos expressam relações não só entre os elementos no interior de uma frase, mas também entre frases e sequências de frases dentro de um texto. Já a coesão lexical se faz pela reiteração, pela substituição e pela associação. A reiteração se dá pela simples repetição de um item léxico e também por processos como a nominalização. A substituição inclui a sinonímia, a antonímia, a hiponímia e a hiperonímia. Finalmente, a associação é o processo que permite relacionar itens do vocabulário pertinentes a um mesmo esquema cognitivo (por exemplo, se falamos em aniversário, podemos em seguida mencionar bolo, velinha, presentes e esses termos serão interpretados como alusivos ao mesmo evento).

Podemos dizer que a coesão é elemento fundamental em qualquer texto jornalístico. Cada sentença precisa fazer sentido no todo e não isoladamente. Os mecanismos gramaticais e lexicais precisam estar presentes para facilitar o entendimento do receptor e produzir uma sequência lógica. O texto jornalístico tem seu formato e, portanto, não poderia ser estruturado como o de Ricardo Ramos. A Literatura, por sua liberdade e especificidade, permite esse tipo de estrutura, que foge das regras do formato jornalístico.

No caso de uma reportagem de rádio, o ouvinte precisa compreender a mensagem no momento em que ela é ouvida. Uma pontuação errada pode mudar o sentido, problemas de concordância podem passar a impressão de uma informação truncada e desleixada. Na reportagem do Jornal da Amazônia abaixo, podemos destacar alguns elementos de coesão como o uso da repetição de palavras, a elipse e as substituições. São características muito comuns nos textos jornalísticos.

*MATÉRIA: Um acordo judicial, firmado na última semana, vai manter por pelo menos mais seis meses os serviços de saúde do **barco-hospital Abaré**, que atende cerca de 15 mil **ribeirinhos** em Santarém, no Pará.*

*O **barco Abaré** presta o serviço no Rio Tapajós desde 2006, por meio da parceria entre o Projeto Saúde e Alegria e as Secretarias Municipais de Saúde da região, e com o apoio da **Fundação Terres des Hommes Holanda**. Mas, em fevereiro deste ano, **a fundação estrangeira**, responsável pela **embarcação**, havia resolvido pôr fim ao projeto por causa da crise financeira na Europa.*

*A prefeitura de Santarém chegou a conseguir uma liminar determinando a permanência do **barco** na região. Mas o acordo com a **fundação holandesa** acabou acontecendo durante a audiência pública da última sexta-feira, como explica a juíza Betânia Pessoa Batista da 8ª Vara Cível de Santarém.*

SONORA 1: “Na verdade era uma grande dificuldade de comunicação. Então, o que nós estávamos tentando era intermediar isso aí pra permitir que cada um, com as suas razões, consiga resolver de maneira que, principalmente, o serviço não seja suspenso”.

*A representante **da Terres des Hommes Holanda**, Cristiane Haraki, considerou a reunião produtiva e disse que veio ao Brasil já aberta à negociação.*

SONORA 2: “Conseguimos chegar a um acordo de construção de um novo termo de compromisso com a prefeitura para os próximos seis meses pra assistência com o barco Abaré, até que se tenha um novo barco que possa substituí-lo e possa cobrir as ações de saúde da região que é atendida pelo barco”.

O Secretário de Saúde de Santarém, Emanuel Silva, destacou a sensibilidade da *fundação holandesa* em entender que os serviços não poderiam ser suspensos até que a negociação ocorresse.

SONORA 3: “Acredito que foi bastante favorável, porque nós vamos manter o barco, garantido, por mais seis meses, e a negociação irá mostrar se nós conseguimos convencer os diretores que eles continuem sendo nossos parceiros e que o Abaré continue conosco o tempo que for necessário pra que a população venha a receber os atendimentos”.

De acordo com informações da Prefeitura de Santarém, está agendada para o dia 5 de abril uma reunião com o presidente da *fundação holandesa*, para discutir a possibilidade da prorrogação da permanência da *embarcação* na região.

O *barco Abaré* presta atendimento a cerca de 73 *comunidades* nas duas margens do rio Tapajós. Por meio *dele*, as *famílias* têm acesso a serviços de pré-natal, imunizações, saúde oral, saúde da criança, atendimentos médicos, pequenas cirurgias, atendimentos ambulatoriais e realizações de exames de rotina.

As palavras em vermelho se referem a “barco-hospital Abaré” citado logo no início do texto. Como o assunto da matéria gira em torno do barco, várias vezes ele vai aparecer ao longo da reportagem. Para não haver a repetição do termo foram utilizados sinônimos como “embarcação” ou somente “barco” e ainda “barco Abaré”. Também aparece a elipse em “dele” que pode ser facilmente entendido como uma referência ao barco. O mesmo acontece com “Fundação Terres des Hommes Holanda” em azul. Como é essencial que o nome da fundação seja mencionado mais de uma vez, a repórter repetiu usando apenas “fundação holandesa” e ainda para não repetir a palavra “fundação” escreveu “A representante da Terres des Hommes Holanda”. E em verde, aparecem “famílias” e “comunidades” substituindo “ribeirinhos” citados inicialmente.

Como podemos perceber, sem os elementos de coesão, o texto ficaria repetitivo e a compreensão ficaria prejudicada. As informações de uma reportagem devem ser bem encadeadas e produzir uma sequência lógica para o ouvinte.

2.2 Coerência

Junto com a coesão, a coerência é considerada um dos aspectos de maior relevância para a textualidade. Segundo Val (1994, p.7), elas têm em comum a característica de promover a interrelação semântica entre os elementos do discurso, respondendo pelo que se pode chamar de *conectividade textual*. Mas, de acordo com Marcuschi (2008, p.119), há uma distinção muito clara entre os dois mecanismos: a coesão é a continuidade baseada na forma e a coerência, no sentido. Val explica que a coerência envolve não só aspectos lógicos e semânticos, mas também cognitivos, na medida em que depende do *partilhar* de conhecimento entre os interlocutores.

A coerência diz respeito ao *nexo* entre os conceitos e a coesão, à expressão desse *nexo* no plano linguístico. É importante registrar que o *nexo* é indispensável para que uma sequência de frases possa ser reconhecida como texto. Esse *nexo* não precisa estar explícito na superfície do texto por um mecanismo de coesão gramatical. A coerência do texto deriva de sua lógica interna, resultante dos significados que sua rede de conceitos e relações põe em jogo, mas também da compatibilidade entre essa rede conceitual – o mundo textual – e o conhecimento do mundo de quem processa o discurso.

Para esclarecer o conceito de coerência, Marcuschi (2008, p. 120) cita em sua obra um poema de um autor anônimo que faz parte do livro “Lutar com as palavras”, de Irandé Antunes:

Subi a porta e fechei a escada.
Tirei minhas orações e recitei meus sapatos.
Desliguei a cama e deitei-me na luz
Tudo porque
Ele me deu um beijo de boa noite...

Como podemos observar, apesar de o texto não seguir uma estrutura padrão, porque há uma troca proposital da ordem das frases, não podemos dizer que é incoerente. Marcuschi (2008) explica que nesse caso há coerência “em virtude de nossos conhecimentos e não em virtude do que está em sua imanência informacional”. Charolles (1983 apud MARCUSCHI, 2008, p. 120) complementando o que já foi dito acima por Val, esclarece que a coerência pode ser vista como “um princípio da interpretação do discurso” e das ações humanas de modo geral:

Ela é o resultado de uma série de atos de enunciação que se encadeiam sucessivamente e que formam um conjunto compreensível como um todo. Para Charolles, somente uma análise de processos permite tratar a coerência. Seguramente, a coerência é em boa parte uma atividade realizada pelo receptor de um texto que atua sobre a proposta do autor. E, nesse afã, o receptor segue as pistas (deixadas pelo autor nas operações de coesão textual) como primeiros indicadores interpretativos. De todo modo, a coerência é uma atividade interpretativa e não uma propriedade imanente ao texto. Liga-se, pois a atividades cognitivas e não ao código apenas.

A coerência, portanto, diz respeito ao sentido, como observam Beaugrande e Dressler (1981 apud MARCUSCHI, 2008). Segundo eles, ela está relacionada “ao modo como os componentes do universo textual, ou seja, os conceitos e as relações subjacentes ao texto de superfície são mutuamente acessíveis e relevantes entre si, entrando numa configuração veiculadora de sentidos”.

A reportagem abaixo, produzida por um estagiário, apresenta vários problemas, entre eles, uma incoerência.

População do Pará sofre com o aumento das doenças no período de chuvas, que é de fevereiro a abril. As mais registradas são dengue, malária, meningite e leptospirose.

De acordo com o Diretor do Departamento de Endemias do Pará, Bernardo Cardoso, esse ano ainda não foram registrados casos de meningite e a média para o mesmo período em anos anteriores era de 10 casos.

Ainda segundo Bernardo o grande problema dos médicos é a identificação das doenças, já que todas possuem sintomas em comum.

SONORA: Nós temos dor de cabeça, temos febre, temos dor no corpo e as vezes a gente tem o calafrio que aqui nós chamamos de tremedeira.

As ações preventivas contra essas doenças já foram iniciadas pela Secretaria de Estado de Saúde Pública, Sesp. Desde agosto do ano passado 55 municípios receberam inseticida para combater a dengue.

Já para combater a malária o Governo do Estado está distribuindo mosquiteiros em 15 municípios considerados prioritários. No total 210 mil mosquiteiros impregnados com inseticida serão distribuídos.

A entrega e instalação começou depois do carnaval e deve durar até o final do mês de abril.

Segundo Bernardo a população pode ajudar na prevenção das doenças denunciando os casos de negligência.

SONORA: Então é ter cuidado dentro de casa, não deixar água parada, lavar sempre as coisas, não deixar lixo exposto. Falar sempre se tem uma piscina perto da sua casa, ou algum tanque de alguém que deixou lá irresponsável, vá na policia vá no ministério público, faça sua denúncia para que isso seja feito.

Além dessas recomendações Secretaria de Saúde do Estado pede que a população evite ficar em locais fechados, pois eles são mais propícios para o contágios de algumas doenças”.

De Brasília, ...

Ao analisarmos o texto, percebemos que no parágrafo em vermelho o estagiário diz que a população do Pará está sofrendo com o aumento de várias doenças no período da chuva. No parágrafo seguinte, em azul, já afirma que houve uma redução de uma das doenças citadas anteriormente. O parágrafo ficou

contraditório, apresentando uma informação fora do contexto, dando margem para uma interpretação confusa. Isso reflete também a falta de elementos de coesão no segundo parágrafo, em relação ao primeiro. Diante de um texto como esse, o editor teria pelo menos três opções: eliminar o parágrafo em azul, reescrevê-lo produzindo um nexos com o parágrafo em vermelho ou ainda colocar essa informação em outra posição no texto. Neste último caso, por exemplo, poderia ser colocada junto aos parágrafos em verde, que tratam das ações do Governo do Estado do Pará no combate a essas doenças. A redução dos casos de meningite é resultado disso. Essa informação foi, inclusive, omitida pelo estagiário ao escrever texto. Vemos que a falta de coerência pode prejudicar o entendimento do ouvinte e desviar o foco do assunto principal da reportagem.

2.3 Intencionalidade

De acordo com Marcuschi (2008), esse critério considera a intenção do autor como fator relevante para a textualidade: com base na intencionalidade, costuma-se dizer que um ato de fala, um enunciado, um texto são produzidos com um objetivo, uma finalidade que deve ser captada pelo leitor. Fávero (1986 apud MARCUSCHI, 2008), lembra que a intencionalidade serve para manifestar a ação discursiva pretendida pelo autor do texto: “a intencionalidade no sentido estrito é a intenção do locutor de produzir uma manifestação linguística coesiva e coerente, ainda que essa intenção nem sempre se realize na sua totalidade, especialmente na conversação usual”.

Segundo Val (1994), a meta pode ser informar ou impressionar, ou alarmar, ou convencer, ou pedir, ou ofender, etc., é ela que orientará a confecção do texto.

De forma geral, a intenção do texto jornalístico é informar. E isso deve ser feito da forma mais clara e objetiva possível. O discurso deve ser coeso e coerente para que o receptor (leitor, ouvinte, telespectador) compreenda a mensagem que está sendo repassada. Os textos do Jornal da Amazônia seguem esse princípio. Como exemplo da presença desse princípio nos textos jornalísticos, podemos citar as chamadas “matérias de serviço”. São reportagens escritas para orientar o leitor/ouvinte sobre determinado assunto ou acontecimento. Exemplos muito comuns no Jornal da Amazônia são as matérias sobre campanhas de vacinação, mutirões de documentação, serviços de saúde e da previdência social.

Começa na próxima segunda-feira, dia 27 de fevereiro, um mutirão de documentação nas Terras Indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos, em Roraima.

Vinte e dois ônibus adaptados se deslocaram para a região e devem atender, principalmente, mulheres acampadas, assentadas, indígenas e agricultoras familiares.

A iniciativa é do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Entre os documentos emitidos estão Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho e o Cadastro -de Pessoa Física, o CPF.

A coordenadora geral de Acesso à Terra e à Cidadania do Ministério, Isolda Dantas, lembra que a aquisição desses documentos permite o acesso aos serviços básicos de saúde e educação, além de outros benefícios.

SONORA: "O Programa de Documentação tem o objetivo de garantir o acesso das mulheres rurais à cidadania. E isso permitirá o acesso à políticas de organização produtiva, facilitará e permitirá o acesso ao crédito, o acesso à terra".

Segundo Isolda Dantas, para ampliar o alcance do programa, a frota de veículos vai aumentar com a compra de mais vinte vans, além de barcos para atender comunidades ribeirinhas:

SONORA "No caso da Amazônia, da Região Norte, existe uma perspectiva de a gente adquirir dois barcos que vão estar adaptados semelhantes às unidades móveis. Esses barcos servirão para se aproximar das mulheres que vivem em áreas com acesso de forma fluvial."

Para serem atendidas pelo programa, as mulheres devem procurar as unidades móveis, que costumam ser estacionadas em comunidades com maior demanda de acordo com o governo local.

Esse é o primeiro mutirão de documentação do ano, mas a previsão é de que ocorram mais setecentos.

Entre os anos de 2004 e 2011 foram promovidos três milhões e trezentos mil mutirões em todo o país e emitidos quase um milhão e oitocentos mil documentos.

De Brasília...

As informações dessa matéria são muito importantes para as comunidades a que esse mutirão de documentação se destina. Muitas só ficam sabendo desses serviços por meio da Rádio Nacional da Amazônia. Elas vivem em áreas de difícil acesso, sem informação e com dificuldade de acesso às políticas públicas. No exemplo abaixo, o atendimento chega às regiões ribeirinhas por meio de barco. Não existem estradas para se chegar até essas comunidades. É importante informar as datas e o período que o barco vai permanecer em cada cidade ou comunidade. A próxima oportunidade de acesso a esses serviços pode demorar.

População ribeirinha da capital de Rondônia recebe atendimento do Barco Hospital Doutor Floriano Riva Filho, da Prefeitura de Porto Velho. A embarcação, que está descendo o rio Madeira desde o dia 9, percorre até o dia 20 os distritos de Demarcação, Calama, Nazaré, São Carlos e a localidade de São Miguel.

Os atendimentos serão feitos dentro da Ação Cívico-Social (Operação Aciso), que a Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) participa junto com a Casa Militar do Governo de Rondônia.

Durante duas semanas, serão oferecidos à população ribeirinha, atendimentos médicos; odontológicos; laboratoriais; vacinação; farmácia básica com a distribuição de remédios; ações coletivas de saúde bucal e educação em saúde abordando os temas planejamento familiar, hipertensão, diabetes, saúde da mulher, saúde do idoso e saúde da criança.

Pela Operação Aciso também serão oferecidos serviços, como a emissão de documentos; assistência social; palestras educativas; e atividades recreativas e culturais.

Também estará presente na embarcação uma equipe da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil para fazer o monitoramento do nível das águas do rio Madeira, como forma de prevenir tragédias e enchentes.

A primeira parada do Barco Hospital ocorreu em Demarcação no último sábado. Em Nazaré, o atendimento será nos dias 15,16 e 17; em São Carlos, nos dias 18 e 19; e no dia 20, último dia da ação, o atendimento acontece na localidade de São Miguel.

De Brasília, ...

Como podemos perceber, o aspecto da intencionalidade está presente no contexto das matérias do Jornal da Amazônia. O texto é escrito de forma coesa e coerente com o objetivo de prestar um serviço que é essencial para os ouvintes. Não há outra intenção, a não ser a de permitir que eles acessem direitos básicos e tenham condições de exercer sua cidadania, lembrando que a Rádio é uma emissora de uma empresa pública de comunicação. Segundo Barbeiro e Lima (2003), diferentemente das emissoras privadas que montam sua programação pensando na manutenção da audiência, as públicas se voltam para os temas de interesse público e para as grandes causas da sociedade. “A principal característica dessas empresas é o comprometimento com o interesse público, considerando o telespectador ou ouvinte um cidadão e não apenas um consumidor de notícias”.

2.4 Aceitabilidade

A aceitabilidade, junto com a intencionalidade, de acordo com Val (1994, p. 11), se refere aos protagonistas do ato de comunicação: autor e receptor. Segundo a autora, é a aceitabilidade que concerne à expectativa do recebedor de que o conjunto de ocorrências com que se defronta seja um texto coerente, coeso, útil, relevante, capaz de levá-lo a adquirir conhecimentos ou a cooperar com os objetivos do produtor.

Nesse sentido, Marcuschi reforça que a aceitabilidade diz respeito à atitude do receptor do texto, que o recebe como uma configuração aceitável, tendo-o como coerente e coeso, ou seja, interpretável e significativo. Ele ressalta, lembrando Beaugrande (1997, p. 14 apud MARCUSCHI, 2008), que parece haver uma estreita interação entre aceitabilidade e intencionalidade.

A aceitabilidade se dá na medida direta das pretensões do próprio autor, que sugere ao seu leitor alternativas estilísticas ou gramaticais que buscam efeitos especiais. Com isto, vê-se que as relações entre aceitabilidade e gramaticalidade são muito complexas. Se tomarmos, por exemplo, as obras de Guimarães Rosa, vamos observar que muitos de seus textos contêm enunciados que sob o ponto de vista da gramática oferecem resistência, contudo são plenamente aceitáveis na obra. Também na fala temos produções que beiram a agramaticalidade, mas nem por isso deixam de ser aceitáveis e inteligíveis por seus ouvintes.

Existe uma “cumplicidade” entre os interlocutores, conforme Val (1994, p. 12), que possibilita a compreensão da mensagem, mesmo que o texto não obedeça a esses critérios gramaticais. A autora explica que “a comunicação se efetiva quando se estabelece um contrato de cooperação entre os interlocutores, de tal modo que as eventuais falhas do produtor são percebidas como significativas (às vezes, o sentido do texto está na sua aparente falta de sentido, como a piada), ou são cobertas pela tolerância do recebedor”. Para ela, a margem de tolerância se torna ainda maior quando o assunto é conhecido e a situação é informal. O produtor sabe da existência dessa tolerabilidade e conta com ela, assim como conta com a capacidade de pressuposição e inferência do recebedor. Segundo Val, essa “cumplicidade” do recebedor para com o texto é que possibilita que a produção não seja tarefa excessivamente difícil e tensa e, assim, viabiliza o jogo comunicativo.

Em geral, o recebedor dá um 'crédito de coerência' ao produtor: supõe que seu discurso seja coerente e se empenha em captar essa coerência, reabrindo lacunas, fazendo deduções, enfim, colocando a serviço da compreensão do texto todo o conhecimento que dispõe. (CHAROLLES, 1978, p. 38 apud VAL, 1994, p. 12).

Por regra, o texto jornalístico deve ser correto gramaticalmente e não deve dar brechas para dúvidas. Apesar de existir uma certa cumplicidade entre ouvintes e comunicadores no rádio, repórter e editor não devem contar com isso do leitor na hora de redigir a reportagem, cuja função é informar e esclarecer fatos do cotidiano e de interesse social. No caso do rádio e da televisão, como já foi dito, ouvintes e telespectadores só têm uma chance de ouvir a informação. Não dá para voltar quando não é compreendida. Repórteres têm, em média, até três minutos para contar sua história. Esse tempo pode ser maior em caso de reportagens especiais. A televisão tem a imagem e os recursos gráficos que podem ajudar ainda mais na compreensão da mensagem. O rádio não. É só o texto e o locutor/repórter.

No Jornal da Amazônia, a busca pelo texto didático e de fácil compreensão é um princípio. Isso porque a Rádio Nacional da Amazônia é ouvida por pequenos agricultores, ribeirinhos, indígenas e outros povos tradicionais da floresta, a maioria sem acesso a outros meios de comunicação. Essa busca ficou ainda mais intensa depois que a Rádio recebeu cartas de ouvintes relatando dificuldades de compreender a linguagem do jornalismo. Em uma delas, o ouvinte disse o seguinte: “Acho tão bonito o que vocês falam, mas não entendo quase nada”. Pensando nisso, foi criado um quadro dentro do Jornal, chamado de “Palavra-Chave”, em que palavras ou termos de difícil compreensão são mais bem detalhados. O uso desse recurso é muito importante em matérias que envolvem questões jurídicas e políticas.

Por mais que o repórter se esforce para fazer um texto mais didático, como é o caso do exemplo a seguir, reforçar um conceito logo após a veiculação da reportagem, ajuda o ouvinte a compreender o que está sendo discutido e de que forma isso pode influenciar sua vida.

MATÉRIA: *Não foi ontem, não vai ser hoje e nem amanhã que a Constituição Brasileira vai ganhar uma emenda que proíba e puna aqueles que insistem em empregar pessoas em condições semelhantes à escravidão no país. Só no dia 22 a Câmara dos Deputados vai votar a PEC 438 de 2001, e dizer se a Carta Maior da legislação vai ou não receber a emenda que estabelece punições como a expropriação das terras de quem cometer esse crime que já é previsto no artigo 149 do Código Penal.*

A definição seria nesta quarta-feira, mas quando o presidente da Câmara, Marco Maia, do PT gaúcho, abriu a votação, por volta das nove da noite, havia no plenário da Casa 339 deputados, ou seja, apenas um a mais do que o mínimo de 338 para que uma emenda constitucional seja votada, pois nestes casos, é preciso a chamada maioria qualificada.

Naquele momento, nenhum deputado do Amapá estava presente. De Roraima, apenas três. Os demais estados amazônicos estavam quase todos representados. Com o tempo, esse placar mudou, os parlamentares da Amazônia ou não foram chegando até 418 deles marcarem presença na Casa. Ainda assim, o risco de a PEC não ser aprovada era grande.

E a maior resistência foi a da Bancada Ruralista, que impôs dúvidas sobre o conceito do que seria trabalho escravo. E Marco Maia resolveu propor o adiamento da votação para o próximo dia 22.

SONORA 1

Houve quem protestasse. Deputado de oposição, Chico Alencar, do PSol do Rio, não gostou nada dessa história. Para ele, os dez anos da tramitação da proposta já são espera suficiente para que a Câmara se posicione.

SONORA 2

Mas a maioria dos líderes concordou mesmo com o adiamento. A medida surpreendeu quem aguardava desde cedo por uma definição. É que, no início da tarde, Marco Maia e a presidenta em exercício do Senado, Marta Suplicy, do PT paulista, fecharam um acordo com os líderes das duas casas: formar uma comissão com deputados e senadores, para a Câmara votar a proposta e o Senado alterar o texto, deixando mais claro o que seria trabalho escravo e trabalho degradante.

SONORA 3

Isso deixaria os deputados mais à vontade para votar, só que não adiantou. A resistência continuou a dominar o ambiente parlamentar e, com quórum baixo e essas questões em aberto, o jeito foi mesmo adiar a votação. Para a tramitação acabar, agora, além de a Câmara votar, o texto vai ter que voltar ao Senado. Se lá, houver novas alterações, mais uma vez os deputados vão ter que dar o parecer sobre a PEC, e assim por diante. Afinal, emenda constitucional precisa de texto igual nas duas Casas.

Nos trechos em vermelho, é evidente o uso de uma linguagem mais coloquial e em tom de conversa, para tratar de um assunto muito complexo. É a aprovação de uma PEC, Proposta de Emenda à Constituição, para punir quem submete trabalhadores a condições semelhantes à de escravidão. O repórter se preocupou em descrever a situação no plenário da Câmara para que o ouvinte entenda a tramitação, a complexidade e tudo o que envolve a votação de uma matéria como essa. Mas a quantidade de informações é grande e o repórter não dispõe de muito tempo para que todos os conceitos fiquem claros o suficiente para o ouvinte. Podemos retirar dos trechos em azul palavras e termos que poderiam ser mais bem explicados por meio do “Palavra-Chave”: o que é uma Proposta de Emenda à Constituição, como é o processo de tramitação no Congresso Nacional, quantos votos são necessários. Os ouvintes também podem se questionar em relação ao conceito de “trabalho escravo” e sobre o que é a “bancada ruralista”.

Como foi dito anteriormente, o repórter e o editor não devem contar com a cumplicidade do leitor/ouvinte para que a mensagem seja compreendida. O texto não deve dar margem para dúvidas ou interpretações equivocadas. Portanto, a aceitabilidade não é um aspecto da textualidade que deve ser considerado na produção de um texto jornalístico.

2.5 Situacionalidade

O critério da situacionalidade, conforme Beaugrande e Dressler (1983 apud VAL, 1994, p. 12), diz respeito aos elementos responsáveis pela pertinência e pela

relevância do texto quanto ao contexto em que ocorre. É a adequação do texto à situação sociocomunicativa.

Marcuschi (2008) defende que a situacionalidade é um critério estratégico: não só serve para interpretar e relacionar o texto ao seu contexto interpretativo, mas também para orientar a própria produção. Para ele, se um texto não cumprir os requisitos de situacionalidade, não poderá se “ancorar” em contextos de interpretações possíveis, o que o torna pouco proveitoso.

Pensando na situacionalidade como um critério de adequação textual, podemos dizer que o texto jornalístico procura se adequar ao perfil de seu público alvo e ao contexto social. Todo o conteúdo da Rádio Nacional da Amazônia é produzido para a população dos nove estados da Amazônia legal, levando em conta suas peculiaridades e o contexto histórico, social e cultural da região, realidade pouco conhecida por boa parte do restante do país.

Nesse contexto, um tema que sempre é assunto de reportagens do Jornal da Amazônia é o escalpelo, um acidente muito comum nos rios da Amazônia. Ele ocorre quando os cabelos se enroscam no eixo do motor da embarcação, arrancando o couro cabeludo, orelhas, partes do rosto e ainda pode levar à morte. Não falar sobre o escalpelo, não buscar orientar a população e alertar autoridades é ignorar que algo tão grave ocorre com frequência na região, que é alvo das reportagens do Jornal da Amazônia. A reportagem abaixo, um exemplo de abordagem do assunto, foi escrita em três de janeiro de 2012.

CABEÇA: Duas meninas tiveram o couro cabeludo arrancado no último fim de semana no interior do estado. Associação denuncia descaso das autoridades com relação aos acidentes com escalpelo no Pará.

MATÉRIA: As duas meninas vítimas do escalpelo estão internadas na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará. Segundo boletim do hospital, a adolescente de 13 anos, que teve parte do couro cabeludo arrancado pelo motor de uma embarcação, é do

município de Oeiras do Pará. A jovem tem estado de saúde estável e aguarda avaliação médica mais detalhada.

A outra menina, de 10 anos, que vive no município de Portel, arquipélago do Marajó, também teve parte do couro cabeludo arrancado e apresenta uma fratura no braço esquerdo. Ela deve ser submetida a cirurgia nesta terça-feira.

Ambas foram acolhidas pelo Programa de Assistência Integral às Vítimas de escarpelamento do estado.

Os acidentes engrossam a estatística de dois escarpelamentos por mês no Pará, apresentada pela Associação Sarapó, uma Organização da Sociedade Civil que busca ajudar vítimas na Amazônia.

O médico cirurgião plástico e fundador do projeto, Dr. Cláudio Britto, afirma que os números são altos e não acredita que eles venham a diminuir, segundo ele, por causa do descaso das autoridades na fiscalização e punição dos donos das embarcações irregulares.

SONORA: “Nunca foi feito nada por nenhum dos governos, tudo é proselitismo. Nós já procuramos o Ministério Público, já levamos esse assunto à discussão no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, pra mostrar a falta da justiça tornando o império do crime fácil na região dos rios da Amazônia e também não tivemos resultados nessa discussão”.

Segundo Britto, 250 mil embarcações ilegais circulam diariamente pelos rios do Pará.

SONORA “Qualquer tipo de mazela, incorreta pra sociedade, que for feita no transcurso dessas embarcações, não tem como ser lavrado um boletim de ocorrência, porque a embarcação objeto do crime não existe. O que tá faltando é organizar, fazer cadastramento das embarcações, legitimando essas embarcações, pra que a partir daí a gente tenha um culpado ou um responsável pelo acidente causado por ela”.

O cirurgião plástico afirma que, em 2009, a Associação Sarapó apresentou à Marinha e ao governo federal, em reunião no gabinete da Presidência da República, estudos sobre o escarpelamento no Pará, para iniciar a instalação dos protetores dos eixos dos barcos. Mas Cláudio Brito lamenta que o processo não tenha sido levado adiante. Ainda segundo ele, a Capitania dos Portos não tem embarcações e profissionais suficientes para fazer a fiscalização.

Britto ressalta que o Pará tem 81 municípios ribeirinhos.

A reportagem tentou contato com o Comando do 4o Distrito Naval da Marinha, mas o órgão está em recesso até esta quarta-feira, assim como a Capitania dos Portos”.

De Brasília, ...

O escarpelamento é um acidente terrível, que poderia ser evitado se medidas simples fossem tomadas, como proteger os cabelos e cobrir o motor dos barcos.

Pode parecer óbvio para quem está distante dessa realidade, mas se o tipo de informação como a descrita acima não chegar até as comunidades ribeirinhas, as tragédias vão continuar acontecendo. A maioria dos barcos é construída de forma artesanal e navega ilegalmente, ou seja, sem o registro na Capitania dos Portos. Boa parte desses acidentes ocorre no interior da floresta, onde muitas vezes a fiscalização não consegue chegar. Os rios são as estradas da Amazônia e o barco o principal meio de locomoção.

O Jornal da Amazônia tem esse papel de adequar o seu texto reforçando esse aspecto da situacionalidade, já que retrata a realidade de uma região cheia de peculiaridades, desconhecida pela maioria da população das outras regiões do país.

2.6. Intertextualidade

De acordo com Marcuschi (2008, p. 129), há um consenso hoje quanto ao fato de se admitir que todos os textos comungam com outros textos, ou seja, não existem textos que não mantenham algum aspecto intertextual, pois nenhum texto se acha isolado e solitário.

Para Koch (1991, p. 530), num sentido amplo, a intertextualidade é uma “condição de existência do próprio discurso” e pode equivaler à noção de interdiscursividade ou heterogeneidade. Um discurso remete a outro e tudo se dá como se o que se tem a dizer trouxesse pelo menos em parte um já dito.

Barthes (1974 apud KOCH, 1991), de que todo texto é um intertexto e outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, e sob formas mais ou menos reconhecíveis. “O intertexto é um campo geral de fórmulas anônimas, cuja origem

raramente é recuperável, de citações inconscientes ou automáticas, feitas sem aspas”.

Em relação à heterogeneidade no contexto da intertextualidade, Authier-Revuz (1982 apud MARCUSCHI, 2008), diz que há dois tipos: heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva. A primeira trata da presença de um discurso em outro discurso de modo localizável e identificável. Pode aparecer na forma não marcada (discurso indireto, indireto livre, paráfrase, etc.) ou na forma marcada (discurso direto, com aspas ou alusão identificada etc.). A outra, a constitutiva, é quando o discurso é dominado pelo interdiscurso. É o surgimento de um diálogo interno e que não necessariamente vem do exterior.

Garcia (1977 apud VAL, 1994), diz que “um discurso não vem ao mundo numa inocente solitude, mas constrói-se através de um já-dito ao qual ele toma posição”.

Segundo Val (1994, p. 14),

inúmeros textos só fazem sentido quando entendidos em relação a outros textos, que funcionam como seu contexto. Isso é verdade tanto para a fala coloquial, em que se retomam conversas anteriores, quanto para os pronunciamentos políticos ou noticiários dos jornais, que requerem o conhecimento de discursos e de notícias já divulgadas, que são tomados como ponto de partida ou são respondidos.

A intertextualidade está fortemente presente no texto jornalístico. Ele é sempre baseado em um discurso ou entrevista, em notas oficiais, *releases* (textos divulgados pelas assessorias de imprensa sobre determinado produto ou informação), em textos de outros veículos, etc. Isso vale para qualquer texto jornalístico, seja de rádio, televisão, impresso ou de internet. Exemplo:

O desmatamento em Roraima e Mato Grosso disparou entre agosto de 2011 e março deste ano em comparação com o período compreendido entre agosto de 2010 e março do ano passado. Em Roraima, os dados do Deter, o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real, apontam que o desmate aumentou de 12 para 56 quilômetros quadrados.

Já a área atingida em Mato Grosso é dez vezes maior, chegando a 637 quilômetros quadrados.

Durante a divulgação dos resultados, nesta quinta-feira, a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, informou que a pasta vai verificar os motivos da elevação do desmatamento em Roraima. Ela acredita que o aumento pode estar relacionado à migração dos madeireiros do estado do Pará.

Sobre o pico de desmate em Mato Grosso no mês de fevereiro, que chegou a 307 quilômetros quadrados, a ministra afirmou que, por causa da redução da cobertura de nuvens nesse mês, foi possível detectar os desmatamentos acumulados no período, já que a região ficou encoberta por nuvens de outubro de 2011 a janeiro de 2012.

Segundo a Agência Brasil, a ministra disse que a situação em Mato Grosso também pode ter sido influenciada pelas discussões a respeito do Novo Código Florestal e a chamada anistias.

Izabella Teixeira disse que já foi pedido que Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso verifique a legalidade desses desmates.

De acordo com os dados, o desempenho negativo dos dois estados não afetou significativamente o quadro geral do desmatamento na Amazônia Legal, que passou de 1.371 km² no ano passado para 1.398 km² neste ano. Isso pode ser atribuído ao bom desempenho de estados como o Pará e o Amazonas na redução de áreas atingidas.

Os dados do Deter são fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o INPE, ao Ibama para fins de controle. A ministra destacou que a fiscalização tem sido intensificada com a participação de agentes do Ibama em conjunto com Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Instituto Chico Mendes, que estão em campo desde o início deste ano.

De Brasília, ...

O boletim (texto sem sonora) acima, foi escrito com base em uma matéria divulgada pela Agência Brasil, da EBC, que foi elaborada a partir de dados que poderiam ser encontrados no site do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Percebemos que no texto do Jornal da Amazônia, estão presentes outros textos, confirmando o uso do aspecto da intertextualidade no texto radiojornalístico.

2.7 Informatividade

Para Val (1994, p. 14), “o interesse do recebedor pelo texto vai depender do grau de informatividade de que o último é portador”. Segundo ela, esse fator da textualidade diz respeito à medida na qual as ocorrências de um texto são esperadas ou não, conhecidas ou não, no plano conceitual e formal. Opinião parecida tem Marcuschi (2008), que diz que este último critério “é o mais óbvio de todos”, pois se um texto é coerente é porque desenvolve algum tópico, ou seja, refere conteúdos. Para ele, o essencial desse princípio é postular que num texto deve ser possível distinguir entre o que ele quer transmitir e o que é possível distinguir dele, e o que não é pretendido. “Ser informativo significa, pois, ser capaz de dirimir incertezas”. Mas Marcuschi alerta que não se pode confundir informação com conteúdo e sentido:

A informação é um tipo de conteúdo apresentado ao leitor/ouvinte, mas não é algo óbvio. Perguntar pelos conteúdos de um texto não é o mesmo que perguntar pelas informações por ele trazidas. Assim, um ato de fala não é uma informação, mas um efeito de sentido produzido que percebemos como um dos conteúdos do texto. Mas este ato de fala, por exemplo, uma ofensa ou um xingamento, não se dá de forma direta ou informativa. Portanto, informatividade é um critério bastante complexo e pouco específico (MARCUSCHI, 2008, p. 133).

Val (1994, p. 14) defende que um discurso menos previsível é mais informativo porque a sua recepção, embora mais trabalhosa, resulta mais interessante, mais envolvente. Para ela, o ideal é o texto se manter num nível mediano de informatividade. A autora ainda defende que o texto com bom índice de

informatividade precisa atender a outro requisito: a suficiência de dados. Ela explica que “não é possível nem desejável que o discurso explicita todas as informações necessárias ao seu processamento, mas é preciso que ele deixe inequívoco todos os dados necessários à sua compreensão aos quais o receptor não conseguirá chegar sozinho”.

É indiscutível que a base do texto jornalístico é a informação. E ela deve ser bem repassada. Neste caso, o nível de informatividade não pode ser mediano, pelo contrário, deve reunir todos os recursos possíveis para a compreensão do texto. As reportagens devem ser escritas de forma criativa, para que possam atrair a atenção do ouvinte/leitor. O exemplo abaixo é de uma reportagem especial para o Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna, 28 de maio.

SUGESTÃO DE CABEÇA: Hoje é o Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna. Apesar dos avanços conquistados pelo Brasil, regiões isoladas ainda são um desafio às autoridades. Reportagem, Juliana Maya.

BG - PARTO

MATÉRIA: A gravidez está mais segura para a mãe brasileira. De acordo com o Ministério da Saúde, de janeiro a setembro de 2011, foram registradas 1.038 mortes maternas em todo o País. Os números mostram uma redução de 21 por cento em comparação com o mesmo período de 2010. Dessas mortes, 139 aconteceram na Região Norte, segundo os dados oficiais.

A morte materna é aquela causada por complicações durante a gestação, no parto ou até 42 dias após o fim da gravidez. As quatro causas mais comuns são hemorragias graves após o parto, infecções, hipertensão durante a gravidez e abortos.

O Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, classificou a redução como uma marca histórica, mas ressaltou que é preciso intensificar os trabalhos para atingir a Meta do Milênio das Nações Unidas, que corresponde a 35 mortes maternas para cada 100 mil nascidos vivos até 2015.

SONORA “O esforço que nós fizemos em 2011, mostra que é possível... precisamos trabalhar muito mais pra isso”

De 1990 a 2010, as mortes maternas caíram 51 por cento no Brasil, passando de 141 para 68 para cada 100 mil nascimentos, segundo o Ministério da Saúde.

Para a Coordenadora da Articulação de Negras Jovens Feministas, Deise Queiroz, ainda é preciso melhorar o acesso aos serviços de saúde e à informação, principalmente para as mulheres que estão nas periferias e no meio rural.

SONORA “Porque os índices realmente reduziram. As mulheres tem morrido menos na atualidade do que ser morria há dez anos atrás em decorrência da mortalidade materna. Mas a gente percebe que essa queda nesses números se dá muito mais, por exemplo, nas capitais e nos centros urbanos principalmente”.

Deise Queiroz ressalta que, para atingir a meta do milênio, é preciso também dar suporte às parteiras tradicionais, que são as responsáveis pelos partos nas regiões de difícil acesso, principalmente na Amazônia.

SONORA “A gente sabe que é um atendimento muito bem feito, na maioria das vezes. Mas ainda tem algumas dificuldades, que podem ser vistas pelo estado brasileiro, pela saúde brasileira, com a doação de materiais pra essas mulheres. Já existe um pensamento dessa política, já existe uma formulação dessa política, mas ainda não atinge de forma qualitativa, de forma substantiva essas mulheres que fazem esse trabalho”.

A Presidente da associação de parteiras do Amapá, Maria Luisa, concorda que o apoio, por parte dos governos, pode fazer a diferença na redução da mortalidade materna, assim como a organização dessas profissionais.

SONORA “A partir do momento em que a gente começou a se organizar em redes, em associações, e que as parteiras tiveram um outro olhar, um olhar do governo do estado do Amapá, com capacitações pra manusear os materiais que muitas delas não conheciam, com certeza nós tivemos uma grande diferença nas mortes maternas e neo-natais”.

Nesta segunda-feira, que também é o Dia Internacional de Luta Pela Saúde da Mulher, redes e organizações da sociedade civil de diversos estados brasileiros participam de uma campanha nacional pelos direitos das mulheres à saúde e à maternidade segura.

A Mobilização, que é realizada desde 2009 pelo Fundo de População das Nações Unidas, com o apoio do Ministério da Saúde, conta com seminários, oficinas, rodas de conversas e debates até a organização de marchas com distribuição de materiais relacionados aos temas.

De Brasília, ...

Por ser uma matéria especial, o repórter pode fazer um texto mais longo, com mais informações, dados e sonoras, além de usar recursos de sonorização, descrito acima como BG (em inglês background), para dar esse caráter especial à matéria. Podem ser utilizados trechos de músicas com letras que de alguma forma fazem referência ao tema da reportagem, trilhas elaboradas especialmente pelos sonoplastas ou sons como o da água, de animais, de instrumentos musicais e etc.

Em relação às informações e às fontes ouvidas na reportagem, podemos destacar a riqueza de dados da reportagem para ressaltar que apesar da redução da morte materna no país, ainda há um caminho a percorrer para atingir a meta da Organização das Nações Unidas (ONU). Prova disso é a sonora da fonte oficial da matéria, o ministro da Saúde. Como o contexto é o amazônico, a matéria não poderia deixar de mencionar dados da região e as dificuldades enfrentadas pelas mães amazônicas, como indica a segunda fonte utilizada na reportagem. A figura da parteira tradicional, muito presente no interior da Amazônia, não poderia deixar de ser ouvida, já que muitas mães não tem acesso a um bom pré-natal e só podem contar com o auxílio dessas profissionais no momento do parto.

Diante disso, não há dúvidas de que a informatividade é um aspecto fundamental para a produção de um bom texto jornalístico.

2.8 Critérios da textualidade: algumas conclusões

Do ponto de vista de Val (1994), a partir dos conceitos de texto e de textualidade, poderia se dizer que a unidade textual se constrói no aspecto *sociocomunicativo*, por meio dos fatores pragmáticos (intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade); no aspecto *semântico*, pela coerência; e no aspecto *formal*, pela coesão.

Já Beaugrande e Dressler (1981, p. 20 apud MARCUSCHI, 2008, p. 133), dizem em relação a estes critérios, que:

- dois deles são *orientados pelo texto* (coesão e coerência),
- dois pelo *aspecto psicológico* (intencionabilidade e aceitabilidade),

- um pelo *aspecto computacional* (informatividade) e
- dois pelo *aspecto sociodiscursivo* (situacionalidade e intertextualidade).

A partir disso, podem ser destacados quatro aspectos sob os quais um texto pode ser observado: língua, cognição, processamento e sociedade. Marcuschi (2008, p. 133) conclui que

Esses critérios não podem ser transformados em regras constitutivas de texto, tornando eficientes e adequados. Eles não são princípios de boa formação textual, como já foi sobejamente afirmado. O importante é observá-los como princípios de acesso ao sentido textual. E isso não é decido pelos 'princípios', mas pela maneira como operamos com eles enquanto critérios. Daí dizer-se como Beaugrande (1997, p.10), que o texto é um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais. O grande problema está em resolver essa convergência de maneira satisfatória e adequada.

Ao avaliarmos a presença dos sete aspectos da textualidade nos textos jornalísticos, podemos perceber que a maioria é de fundamental importância para a produção de um texto correto gramaticalmente e, principalmente, como afirma Marcuschi (2008), para a produção de sentido. A falta de coesão e de coerência em uma reportagem, principalmente de rádio, certamente vai comprometer a compreensão do ouvinte. Em relação ao aspecto da intencionabilidade, todo jornalista já em mente que ao produzir um texto, seu objetivo principal deve ser informar e da melhor forma possível. Apesar de a aceitabilidade estar diretamente ligada ao princípio da intencionalidade, como já foi dito, o repórter não deve contar com a cumplicidade do ouvinte e de sua capacidade de dedução para assimilar um conteúdo que não foi bem repassado. O ouvinte da Amazônia quer ter acesso a informação de qualidade e o jornalista deve buscar todos os recursos possíveis para que essa informação não chegue a ele truncada e dando margem para

interpretações errôneas. É indiscutível a relevância do princípio da informatividade para o texto jornalístico, que é a sua essência.

Como o Jornal da Amazônia escreve para a população da região, essas informações não podem estar fora de contexto. Daí a importância do aspecto da situacionalidade ser levado em consideração. O ouvinte precisa se identificar com o que é relatado em uma reportagem e relacionar com o seu cotidiano. A Amazônia legal é uma região rica em biodiversidade, povos tradicionais e cultura. Portanto, temas como estes não podem ficar de fora das pautas. A intertextualidade também é característica do texto jornalístico, que pode ser baseado ou conter trechos de outros textos jornalísticos.

3 A RETEXTUALIZAÇÃO NA EDIÇÃO DAS MATÉRIAS DO JORNAL DA AMAZÔNIA

Nos capítulos anteriores, foram detalhadas as principais regras e aspectos da textualidade para a produção de um bom texto, com enfoque no radiojornalístico. Mas para que o texto chegue ao formato desejado, ele passa por um processo de transformação e adequação pelas mãos de um editor, o que chamaremos neste capítulo de retextualização, com base em Marcuschi (2010). O autor chama a atenção para a definição dos conceitos de oralidade e escrita, já que as duas modalidades estão diretamente ligadas ao processo de retextualização. Marcuschi apresenta nove operações que podem ser observadas durante a (re)construção de um texto. Veremos de que forma elas estão presentes no processo de edição das matérias radiojornalísticas do Jornal da Amazônia.

3.1 Fala e escrita: retextualização e edição

Dentre as várias características já citadas que um texto radiojornalístico deve ter, podemos destacar quatro: informalidade, clareza, objetividade, coesão e coerência. Resumindo, o texto deve ser correto gramaticalmente, mas precisa ser construído de acordo com o gênero “texto de rádio” e ao público a que se destina. Os editores de rádio, especificamente, os do Jornal da Amazônia, têm o papel de buscar essa adequação. Marcuschi (2010, p. 9) diz que

partindo do princípio que são os usos que fundam a língua e não o contrário, defende-se a tese que falar ou escrever bem não é ser capaz de adequar-se às regras da língua, mas é usar adequadamente a língua para produzir um efeito de sentido pretendido numa dada situação. Portanto, é a intenção comunicativa que funda o uso da língua e não a morfologia ou a gramática.

Não se trata de saber como se chega a um texto ideal pelo emprego de formas, mas como se chega a um discurso significativo pelo uso adequado às práticas e à situação a que se destina.

Preti (2004) divide a mesma opinião. Para ele, a verdadeira lição dos falantes ou escritores é a de que “a língua deve ser usada na sua mais completa naturalidade”. Devem ser explorados todos os recursos que temos à disposição, sejam eles da linguagem padrão ou coloquial. É preciso sempre ter em mente, defende Preti (2004, p.19), que são as necessidades interacionais que irão decidir quais são as melhores estruturas ou os vocábulos mais expressivos para o ato conversacional ou para a interação escritor/leitor.

Não vamos aprofundar neste trabalho a relação fala-escrita, mas alguns conceitos precisam ser abordados. Primeiramente, é importante ressaltar que não existe hierarquia entre fala e escrita. Uma não é superior à outra. Autores, como Marcuschi (2010), recomendam não fazer esse tipo de distinção. Segundo ele, “oralidade e escrita possuem características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas linguísticos e nem uma dicotomia”.

Sob o ponto de vista mais central da realidade humana, seria possível definir o homem como um ser que fala e não como um homem que escreve. Entretanto, isto não significa que a oralidade seja superior à escrita nem traduz a convicção hoje tão generalizada quanto equivocada, de que a escrita é derivada e a fala é primária. A escrita não pode ser tida como uma representação da fala [...]. A escrita não pode ser tida como uma representação da fala. Em parte, porque a escrita não consegue reproduzir muitos dos fenômenos da oralidade, tais como a prosódia, a gestualidade, o movimento do corpo e dos olhos, entre outros. Em contrapartida, a escrita apresenta elementos significativos próprios, ausentes na fala, tais como o tamanho e tipos de letras, cores e formatos, elementos pictóricos, que operam como gestos e mímicas e prosódia graficamente representados. (MARCUSCHI, 2010, p. 17).

Ainda hoje há confusão entre as duas modalidades da linguagem e a forma como se relacionam. Inicialmente, a oralidade prevalecia sobre a escrita, sendo esta destituída de prestígio. Durante muito tempo, apenas a modalidade oral era considerada uma língua. De acordo com Vieira (1996, p. 163), a escrita era concebida apenas como o código que servia para a manifestação da fala, uma visão defendida pelo Estruturalismo. “Nessa época, a escrita vivia sob o jugo da fala. O papel da escrita era secundário e obscuro.”

A visão de que a escrita e a fala têm o mesmo estatuto ganhou força nos anos 80. Segundo Vieira (2003, p. 253), “Tannen (1983) e Chafe (1982) defendiam a ausência de limites entre as duas modalidades. Concebiam a existência de um continuum em que a fala e a escrita interagiam frequentemente”.

Hoje, com a contribuição da Psicolinguística e das teorias cognitivas, esses conceitos caíram por terra. A fala é considerada uma língua, assim como a escrita. “Hoje se sabe que a escrita é um processo mental diferente em gênese, organização e planejamento, mantendo com a fala somente um laço afetivo: o de poder registrá-la” (VIEIRA, 1996, p.164).

Para facilitar o entendimento sobre os conceitos abordados acima, é necessário voltar um pouco à História e conhecer o pensamento de pesquisadores da área. É o caso de Plantão, Hermann Paul, Sausurre, Bloomfield e Mattingly, que consideravam a escrita uma imagem imperfeita da fala. Conforme descreve Vieira (1996, p.164), o primeiro posiciona-se a favor do oral e contra o escrito. Paul nega o *status* de língua à escrita e Saussure valoriza o oral, mas afirma que a escrita é a imagem da palavra falada. Bloomfield defende que a verdadeira natureza da língua é a oralidade e Mattingly não acredita que a escrita possa retratar a fala com fidelidade.

Ainda de acordo com Vieira (1996), outros autores compartilham de pensamentos diferentes. Ela cita os linguistas Smith e Stubbs que consideram a língua escrita e oral como variantes dialetais da linguagem. Já para Achard, Vygostsky e Luria, segundo Vieira, fala e escrita são duas línguas diferentes, se interrelacionam, mas, ao mesmo, são autônomas. Opinião semelhante é a de Halliday (1989, p. 92 apud VIEIRA, 1996), que afirma que

a linguagem é repassada através de unidades semânticas, pela língua oral e pela escrita. Estabelecendo, desse modo, a premissa de que fala e escrita são diferentes modos de dizer e de expressar significados lingüísticos. Ambas são saídas para o mundo sógnico do falante ou do escritor, estruturando-se como meio e não como fim. São linguagens permeadoras de sentido e este, por sua vez, é o mais importante porque permite a codificação do significado através da fala ou da escrita.

Diante dessas opiniões diversas, é possível verificar que há equívocos e vieses mascarando o problema, sendo este, por sua vez, de natureza epistemológica, desencadeando outros em nível pedagógico, encobrendo conflitos agudos no ensino da língua materna (VIEIRA, 2003, p. 165). É importante destacar que pesquisas científicas na área neurológica confirmam que o cérebro humano processa a linguagem oral e escrita de forma independente.

Para Marcuschi (2010), é inegável que a fala vem antes da escrita e que a escrita tem mais prestígio social, porém elas devem ser vistas como “duas práticas sociais e não duas propriedades de sociedades diversas”. O autor explica que “há práticas sociais mediadas preferencialmente pela escrita e outras pela tradição oral”. Barros (2001, p. 58) defende que textos falados e escritos têm papéis diferentes nas sociedades. Para a autora, as duas modalidades “constroem sentidos de modos diversos, com estratégias e procedimentos diferentes, ou preferenciais”. Barros diz

estar convencida de que “as posições intermediárias entre fala escrita são outras tantas formas de produzir os sentidos do mundo”.

Podemos dizer que a escrita é planejada antes de sua realização. Ela costuma não apresentar marcas de formulação e de reformulação. Já a fala não é planejada antecipadamente, apresenta traços de reelaboração e é fragmentada. É o que explica Barros (2001, p. 60):

O texto escrito é planejado tanto do ponto de vista temático (escolha dos assuntos a serem tratados), quanto linguístico-discursivo. A fala tem certo planejamento temático, isto é, de escolha de tópico para que a conversação se desenvolva, mas a maior parte das escolhas temáticas e linguística se faz durante a conversa. É a questão do tempo também que dá a escrita a possibilidade de reelaborar seu texto sem deixar marcas – revê-se o que escreveu, volta-se atrás, apagam-se os erros e hesitações, evitam-se as repetições-, e de apresentá-lo como algo acabado. A fala, ao contrário, expõe as marcas deixadas pela formulação e pelas reelaborações, oferecendo sempre pistas e traços das revisões, das mudanças de encaminhamento, das reformulações, sob a forma de procedimentos de correção, paráfrase, hesitação, repetição, interrupção, etc.

O texto de rádio é escrito para ser lido. A retextualização trata especificamente da passagem do texto falado para o texto escrito. Mas não podemos esquecer que, na maioria das vezes, o texto de rádio surge a partir de uma entrevista. A fala de uma ou mais fontes da reportagem é que são a base do texto. Podemos dizer que no radiojornalismo a relação fala e escrita se dá da seguinte forma: fala-escrita-leitura. A exceção é quando um boletim ou uma nota são escritos com base em outro texto escrito, que pode ser um *release* (texto de assessoria de imprensa) ou uma nota oficial.

Sobre esse assunto, Barros (2001) diz que as notícias nos jornais falados na televisão e no rádio são planejadas antecipadamente, escritas e praticamente lidas, em geral com pequenas mudanças no momento de efetiva realização. Mas, segundo a autora, mesmo tendo sido antecipadamente planejadas, “as notícias acabam por

apresentar alguns traços do descompasso entre a realização escrita planejada e a realização falada não planejada”. Como o texto será lido, seu planejamento já prevê um texto mais entrecortado, com unidades menores e menos complexas.

No caso da entrevista, há diferentes graus de planejamento porque vai depender da forma como ela será veiculada: ao vivo, gravada (pessoalmente ou por telefone) ou escrita. Sempre há a preparação de uma pauta para a realização da entrevista e uma edição após ter sido feita. A entrevista pode ser usada na íntegra, mas pode sofrer cortes dependendo do tempo do jornal. Uma entrevista de quinze minutos, por exemplo, em um jornal de televisão ou de rádio, terá de ser reduzida para até cinco minutos. O que será retirado ou permanecerá do conteúdo da entrevista, fica a critério do editor. A entrevista também pode ser usada para compor uma reportagem. Nesse caso, trechos de até 30 segundos, em média, são selecionados. Barros (2001, p. 61-62), explica o processo de planejamento e edição de entrevistas:

Toda entrevista tem um certo planejamento, geralmente maior da parte do entrevistador do que do entrevistado, e, portanto, um número menor de marcas de elaboração e reelaboração. A questão da edição é mais complexa: se for uma entrevista ao vivo é menor o papel do editor e o tempo de edição é concomitante ao da entrevista; se não for ao vivo, é o editor quem, em última instância, produz o texto final, em um terceiro momento no tempo. É na edição que a entrevista passa de “fala” a “escrita”, no caso do jornal ou das revistas, ou mantém-se como fala editada, no caso do rádio e da televisão. A edição apaga boa parte das marcas de reformulação, de repetição, de hesitação, etc., e altera às vezes o caráter entrecortado da fala.

No momento da edição, resume Barros (2001), a entrevista pode manter-se oral (rádio, televisão) ou passar para a escrita (jornais, revistas). As escritas perdem

muito das características da língua falada: sendo texto reescrito, desaparecem repetições, correções, paráfrases, hesitações e outras marcas do texto oral.

A retextualização, conforme Marcuschi (2010), é a passagem ou a transformação do texto falado para o texto escrito. Mas esse processo, segundo ele, não é mecânico porque não se dá naturalmente no plano dos processos de textualização:

Trata-se de um processo que envolve operações complexas que interferem tanto no código como no sentido e evidenciam uma série de aspectos nem sempre bem- compreendidos da relação oralidade-escrita. Em hipótese alguma trata de propor a passagem de um texto supostamente “descontrolado e caótico” (o texto falado) para outro “controlado e bem-formado” (o texto escrito). Fique claro desde já que o *texto oral* está em ordem na sua formulação e no geral não apresenta problemas para a compreensão. Sua passagem para a escrita vai receber interferências mais ou menos acentuadas a depender do que se tem em vista, mas não por ser a fala insuficientemente organizada. Portanto, *a passagem da fala para a escrita não é a passagem do caos para a ordem: é a passagem de uma ordem para outra ordem.* (MARCUSCHI, 2010, p. 47).

O autor defende ainda que a retextualização “não é, no plano da cognição, uma atividade de transformar um suposto pensamento concreto em um suposto pensamento abstrato”. Olson (1997, p. 32 apud Marcuschi, 2010), afirma que “o fato de escrevermos alguma coisa não pode alterar nossa representação mental dessa mesma coisa”.

A retextualização não pode ser confundida com transcrição ou transcodificação devido à sua complexidade. Nos dois processos o texto é passado da forma sonora para a gráfica, mas sem haver interferência na natureza do discurso, do ponto de vista da linguagem e do conteúdo, o que é característico da retextualização. Marcuschi (2010, p. 51) esclarece

Deixando de lado por um momento a parte técnica da questão, podemos imaginar o que é que fazemos quando transcrevemos um texto falado. Basicamente, passamos as palavras pronunciadas para uma formatação escrita num sistema gráfico que segue, no normal dos casos, a grafia padrão, variando apenas em casos especiais quando queremos evidenciar certas questões específicas de um outro falante. Transcrever não é uma atividade de metalinguagem nem é uma atividade de simples interpretação gráfica do significante sonoro. A transcrição representa uma passagem, uma transcodificação (do sonoro para o grafemático) que já é uma primeira transformação, mas ainda não é uma retextualização.

De acordo com Barros (2001, p. 74), a escrita não transcreve apenas a fala em outra substância de expressão. “Ela utiliza recursos diferentes da fala para expressar, e de modo diferente, conteúdos que a fala exprime pela sonoridade da expressão”. Exemplo disso é a utilização de sinais gráficos e da pontuação no texto escrito para facilitar o entendimento, o que na fala seria ressaltado com a entoação e a gestualidade.

Para Barros (2001), não restam dúvidas de que “há uma oralidade própria da escrita”, resultante das diferenças até agora apontadas e da sinalização gráfica. A autora esclarece que a transcrição para a escrita de um texto falado ou a leitura oral de um texto escrito trazem marcas de escrita e de fala e ressalta que “não se passa impunemente da substância sonora da fala à visual da escrita, pois há consequências no nível da forma da expressão e no plano do conteúdo”.

De acordo com Marcuschi (2010), o processo de retextualização está presente no jornalismo. “É o que o jornalista faz quando revê ou corrige passagens de uma entrevista oral (gravada) que será publicada”. Ele explica que não é somente uma transcodificação (passagem do sonoro para o gráfico), mas há uma adaptação que podemos chamar de retextualização. Em primeiro lugar, há uma preocupação com a norma linguística padrão e, posteriormente, com alterações nas estruturas discursivas, no léxico, no estilo, na ordenação tópica e na argumentatividade.

3.2 Os processos de retextualização e de edição

Marcuschi (2010, p. 73), apesar de considerar temerário, propõe um modelo para o processo de retextualização. Para ele, um modelo é perigoso porque passa a ser imediatamente a ser tomado como fórmula mais ou menos mágica que deve produzir resultados tão logo seja aplicada. Portanto, Marcuschi (2010, p. 74) alerta que o modelo proposto, que será apresentado a seguir, é apenas heurístico no sentido genuíno do termo, ou seja, representa um método de descoberta relativamente intuitivo, não tão rigoroso a ponto de com ele se chegar a resultados definitivos, mas não tão vago a ponto de não se poder com ele operar significativamente projetando expectativas bastante definidas e comprováveis. O Enfim, “trata-se de um modelo com o qual se pode trabalhar concretamente tanto no ensino como na investigação”.

O modelo de Marcuschi (2010, p. 74) explicita os aspectos textuais-discursivos envolvidos nas atividades de idealização (eliminação, completude e regularização) e nas atividades de reformulação (acréscimo, substituição e reordenação) que valem para a transformação do oral em escrito, não importando o gênero textual. O autor definiu nove operações para o processo de retextualização, que não precisam seguir a mesma sequência sugerida. Ele alerta ainda que em princípio a retextualização plena do texto falado (texto-base) em texto escrito (texto-alvo) deveria passar por todas as operações sugeridas, mas é possível que um indivíduo conclua sua atividade em qualquer ponto do processo. Vejamos as nove operações propostas por Marcuschi:

1ª Operação: Eliminação de marcas estritamente interacionais, hesitações e partes de palavras (estratégia de eliminação baseada na idealização linguística).

2ª Operação: Introdução da pontuação com base na intuição fornecida pela entoação das falas (estratégia de inserção em que a primeira tentativa segue a sugestão da prosódia).

3ª Operação: Retirada de repetições, reduplicações, redundâncias, paráfrases e pronomes egóticos (estratégia de eliminação para uma condensação linguística).

4ª Operação: Introdução da paragrafação e pontuação detalhada sem modificação da ordem dos tópicos discursivos (estratégia de inserção).

5ª Operação: Introdução de metas metalinguísticas para referência de ações e verbalização de contextos expressos por dêitico (estratégia de reformulação objetivando explicitude).

6ª Operação: Reconstrução de estruturas truncadas, concordâncias, reordenação sintática, encadeamentos (estratégia de reconstrução em função da norma escrita).

7ª Operação: Tratamento estilístico com seleção de novas estruturas sintáticas e novas opções léxicas (estratégia de substituição visando a uma maior formalidade).

8ª Operação: Reordenação tópica do texto e reorganização da sequência argumentativa (estratégia de estruturação argumentativa).

9ª Operação: Agrupamento de argumentos condensando as ideias (estratégia de condensação).

No processo de edição dos textos do Jornal da Amazônia, é possível afirmar que as nove operações são utilizadas, não na mesma ordem e não necessariamente todas são empregadas, como já havia previsto Marcuschi.

Em primeiro lugar, o editor observa como a notícia está estruturada e encadeada com base em critérios já mencionados neste trabalho. Com isso,

informações são retiradas ou acrescentadas ou mudam de posição, ou seja, o dado mais importante da reportagem pode estar no final de matéria e, portanto, deve sair de lá e ganhar destaque no início da matéria.

Depois de conferir que a mensagem está bem estruturada, começam as correções ortográficas: pontuação, acentuação, erros de grafia e de concordância. Palavras repetidas em um mesmo parágrafo são retiradas e substituídas por sinônimos ou, em vez disso, a frase é reescrita sem a necessidade de uso da palavra mencionada anteriormente.

A linguagem empregada também é observada. Palavras de difícil entendimento são substituídas, com bom senso, por outras mais populares. Pode ocorrer o contrário, em que termos inadequados da linguagem informal, como gírias, são retirados.

Também é observada a transcrição da fala do entrevistado, que é, muitas vezes, cheia de aspectos da oralidade e de erros. Quando o repórter menciona o que foi dito por ele, a transcrição não deve ser feita literalmente. É importante deixar claro que a ordem de como a edição é feita varia de editor para editor. Cada um tem seu estilo e, apesar das características do texto radiojornalístico, alguns podem ser mais coloquiais ou formais do que outros.

Para ficar claro o processo de retextualização na edição dos textos do Jornal da Amazônia, será analisado o texto de um estagiário sem nenhuma experiência prática e estágio anterior. A matéria produzida por ele foi feita com base nos conhecimentos adquiridos na instituição de ensino superior e em algumas pequenas instruções prévias do editor.

Esta matéria foi a primeira produzida por ele para o Jornal da Amazônia e levou dois dias para ser concluída. Ele recebeu uma pauta, considerada de baixo

grau de dificuldade, com informações sobre o assunto, com sugestão de perguntas e com indicação da fonte para entrevista. Este foi o resultado:

Matéria: Espécie rara de perereca transparente que era encontrada apenas na Guiana Inglesa, foi descoberta no interior do Mato Grosso em 2010. De acordo com o pesquisador do Inpa, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Marcelo Moraes o anfíbio foi encontrado em uma fazenda no Mato Grosso.

Sonora 01 - Marcelo Moraes - Fazenda Peugada

*Questionado sobre o possível desaparecimento da espécie, Marcelo indica o desmatamento como fator que poderá causar problemas graves no futuro, **(poderia ser um ponto final no lugar no lugar da vírgula porque ele muda de assunto)** e fala um pouco sobre a quantidade de pesquisas dos anfíbios.*

Sonora 02 - Marcelo Moraes - Risco de extinção

Para sanar a falta de informação o pesquisador falar o que devemos fazer ao encontrar um sapo urbano em nossas residências.

Sonora 03 - Marcelo Moraes - Cuidados com os sapos urbanos

*No caso de ser atingido pelo veneno do cururu, o procedimento que o biólogo indica é lavar o local com água e sabão **(podemos acrescentar uma vírgula antes do pois)**, pois não existe nenhum risco para a saúde.*

Sonora 04 - Marcelo Moraes - O que fazer quando atingido

*Mas não é só a perereca transparente que está em perigo, **(aqui caberia um ponto final)** segundo o pesquisador, espécies urbanas como o sapo cururu também correm risco de desaparecer, por culpa da falta de informação da população.*

Sonora 05 - Marcelo Moraes - Preconceito com os animais

Para encerrar, Marcelo fala que o preconceito que a população tem com esses animais é resultado da preguiça que as pessoas tem de ler., e o trabalho que ele realiza é focado na conscientização dessas pessoas e na quebra dos preconceitos.

Sonora 06 - Marcelo Moraes - Final

(FALTA UM PARÁGRAFO PARA ENCERRAR A MATÉRIA, O CHAMADO “PÉ”)

De Brasília,

Podemos observar a partir do texto, inicialmente, que o estagiário não tem noção da estruturação e encadeamento adequados das informações. Ele relata a entrevista, como fica claro nos trechos em vermelho. Outra prova disso, em azul, é o

uso de seis sonoras do entrevistado. O ideal seria no máximo três. Com seis sonoras, a reportagem ficaria enorme e inviável para um jornal de 15 minutos. O texto também é confuso, as informações se misturam. O fato de as sonoras não estarem degravadas também dificulta a compreensão. Ele começa a matéria falando sobre uma espécie rara de perereca transparente e muda de assunto, passando para o contexto dos sapos urbanos (trechos em verde). Não dá para saber se a fala do entrevistado é suficiente para fazer essa transição.

A pontuação também deixa a desejar, principalmente, no uso incorreto ou na falta de uso das vírgulas, como podemos identificar nos trechos em negrito. Algumas frases são longas e poderiam ser divididas. É o caso do segundo e do último parágrafo. Evita-se também encerrar textos de rádio com a sonora do entrevistado, a não ser que a fala seja impactante para a reportagem, o que não é o caso desta. O ouvinte pode confundir o que é fala do entrevistado e fala do repórter. A matéria sempre deve ter um “pé”, jargão jornalístico para o último parágrafo antes da assinatura do repórter. Essas observações foram repassadas para o estagiário para que o texto fosse reescrito.

Veja o resultado:

Matéria: Espécie rara de perereca transparente que era encontrada apenas na Guiana Inglesa, foi descoberta em uma fazenda no interior do Mato Grosso, em 2010 pelo Inpa, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

O habitat natural dessa espécie é as margens de pequenos igarapés, em uma região bastante afetada pelo desmatamento desenfreado. Se nada for feito para controlar essa situação o animal pode ter graves problemas para se reproduzir, chegando a desaparecer dentro de poucos anos, o alerta é feito pelo pesquisador Marcelo Moraes do Inpa.

Os poucos estudos sobre os anfíbios, mostram que existem muitas espécies que já foram extintas sem que fossem encontradas. Um dos fatores agravantes, é a limitação dos recursos para pesquisas, que impossibilita a atuação de equipes qualificadas para realizar os estudos.

SONORA 1: Existem poucos estudos sobre anfíbios, a gente pode achar os números são muito grandes, mas na verdade são muito poucos, então tem muitas espécies aí que já entraram em extinção e a gente nunca encontrou. Existem muitas espécies que estão sendo estudadas pelo Brasil, que correm riscos de ser extintas, essa aqui ela não está em extinção, mas se continuar o desmatamento não tenha dúvida que vai ser muito rápido, se não tiver um cuidado em tentar frear o desmatamento é provável que não demore muito e ela possa sofrer grandes consequências.

E o que fazer quando encontrar um sapo em seu caminho? As espécies urbanas como o sapo cururu, precisam de águas com temperaturas altas para se reproduzir, e acabam invadindo áreas habitadas. O pesquisador explica que não se deve ter medo dessa espécie, pois ela não oferece risco desde que não seja manipulada de forma errada.

SONORA 2: Primeiro é não ter medo, que é o grande problema, as pessoas tem medo e nojo, não que eles sejam inofensivos para nós, eles representam perigo se você manipular, mas o veneno dele não chega a matar. O correto é você chamar alguém que tenha experiência e que possa retirar ele desse local e colocar em um local que seja adequado para ele, sem medo nenhum você pode pegar ele tranquilamente e depois lavar as mãos que não vai acontecer nada.

Em casos de pessoas que sejam atingidas pelo veneno do sapo cururu, a indicação é lavar o local com água e sabão, que nada grave irá acontecer, nenhuma ferida ou mancha na pele. Pessoas alérgicas que devem ter um certo cuidado, porque podem ter algum tipo de reação fora do comum. Esse tipo de situação só ocorre quando a pessoa que está manipulando o animal, aperta ele de forma brusca, causando assim uma reação de defesa dele.

A falta de informação da população tem colocado as espécies urbanas em risco, sapos como o cururu servem de alerta, as pessoas precisam saber que esses animais não são o que elas pensam, e que eles são importantes para o planeta.

SONORA 3: O cururu serve de alerta, se a gente não tentar mostrar para as pessoas que esses bichos não são o que elas pensam, bicho feio, nojento, vai jogar o veneno, que na verdade não é o veneno é o mijo, que nada mais é do que água que ele armazena na bexiga. Então é uma forma de defesa, eles não tem como se defender como outros animais e utilizam essas estratégias.

Vale lembrar que a falta de recurso, e o pouco interesse pela área da biologia causam esse tipo de situação. A solução é se informar melhor sobre o assunto, e deixar os preconceitos e as histórias que os avós contavam de lado. Esses animais não trazem risco algum para a saúde da população.

De Brasília, ...

Como podemos observar, o texto continua problemático e longo. O estagiário diminuiu para três o número de sonoras, e as informações que estavam nas sonoras excluídas, ele simplesmente degravou sem grandes alterações. E, por isso, estão presentes muitas marcas da oralidade que não deveriam aparecer mesmo em um

texto de rádio. Observem os três parágrafos em vermelho e as sonoras 1 e 3. Ele praticamente reproduziu a fala do entrevistado exatamente como foi dito, sem separar por pontos ou vírgulas. Foram feitas poucas transformações nas estruturas das frases, que a revelam a inexperiência do estagiário e falta de cuidado e acabamento textual.

Outro erro que não pode existir em um texto jornalístico é a sonora repetir a informação dada anteriormente ou o parágrafo seguinte retomar o que já foi dito na sonora. Observe todo o trecho em azul e o parágrafo em vermelho. Os parágrafos ficaram longos, repetitivos e redundantes. A sonora, como já foi dito, complementa uma informação. Os erros gramaticais, principalmente os de pontuação, continuaram nessa segunda versão, assim como as frases longas.

Como foi orientado pelo editor, o autor do texto criou um “pé” para a matéria, porém problemático. O último parágrafo da matéria, em verde, lembra uma redação, em que deve haver uma conclusão para o texto desenvolvido, o que não é regra para o texto radiojornalístico. As informações do “pé” foram ditas pelo entrevistado, mas o estagiário escreveu como se fosse dele, o que é inaceitável. Outro problema grave, é que essas informações representam um juízo de valor. O repórter não deve expressar sua opinião nas reportagens. No caso, ele afirmou que a falta de recurso (informação que ficou vaga) e o pouco interesse pela Biologia são as causas do preconceito contra sapos. Claramente, vemos a fala do entrevistado reproduzida fora do contexto e sem correção gramatical.

Nos dois textos acima, propositalmente, não houve interferência do editor. Ele apenas deu as orientações e apontou os erros que deveriam ser corrigidos. Foi uma forma de testar o nível de conhecimento do estagiário. Agora observem o texto final, editado a partir do texto acima.

MATÉRIA: Uma espécie rara de perereca transparente, que era encontrada apenas na Guiana Inglesa, foi descoberta em uma fazenda no interior do Mato Grosso, em 2010, por pesquisadores do Inpa, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

A espécie habita as margens de pequenos igarapés, áreas que têm sido afetadas pelo desmatamento desenfreado. Segundo o pesquisador Marcelo Moraes, a reprodução desse anfíbio está ameaçada e ele corre o risco de desaparecer.

SONORA: Existem muitas espécies que estão sendo estudas pelo Brasil, que correm riscos de ser extintas, essa aqui ela não está em extinção, mas se continuar o desmatamento não tenha dúvida que vai ser muito rápido, se não tiver um cuidado em tentar frear o desmatamento é provável que não demore muito e ela possa sofrer grandes consequências.

O pesquisador também alerta para o desaparecimento de anfíbios que vivem nas áreas urbanas, como o sapo cururu. Por medo ou preconceito muitas pessoas matam esses animais. Moraes explica o que deve ser feito caso eles sejam encontrados em casa.

SONORA: Primeiro é não ter medo, que é o grande problema, as pessoas tem medo e nojo, não que eles sejam inofensivos para nós, eles representam perigo se você manipular, mas o veneno dele não chega a matar. O correto é você chamar alguém que tenha experiência e que possa retirar ele desse local e colocar em um local que seja adequado para ele, sem medo nenhum você pode pegar ele tranquilamente e depois lavar as mãos que não vai acontecer nada.

Marcelo Moraes conta que o Inpe faz um trabalho de conscientização, por meio de palestras educativas, para falar da importância desses animais na natureza.

O desaparecimento dessas espécies pode prejudicar o equilíbrio da cadeia alimentar animal. Uma das consequências, de acordo com o pesquisador, é o aumento da quantidade de insetos, principal alimento de sapos, rãs e pererecas. Isso faz com que os agricultores tenham de aumentar o volume de pesticidas aplicado nas plantações.

Além disso, os predadores naturais desses anfíbios, como aranhas e serpentes, podem sofrer com a falta de alimento.

De Brasília, ...

No texto final percebemos que houve grandes alterações em relação ao primeiro e ao segundo. As ideias foram condensadas e resumidas nos três primeiros parágrafos, como podemos conferir em vermelho, com o cuidado de não repetir as mesmas informações das sonoras 1 e 2 (8ª e 9ª operações). Verificamos também que algumas informações foram retiradas do texto, como as referentes ao estudo de anfíbios e o último parágrafo que estava muito opinativo na segunda versão da matéria (8ª operação). Foi uma decisão editorial suprimir a parte referente ao estudo porque mudava um pouco o foco da matéria, principalmente, quando se referia à

falta de recursos. Foi mantido apenas o trecho na sonora 1, importante para o contexto da matéria, em que o entrevistado diz que existem muitas espécies que estão sendo estudadas pelo Brasil e que correm riscos de serem extintas (8ª operação). A terceira sonora também foi excluída na edição por não conter informação essencial à reportagem e para reduzir sua duração.

Podemos ainda observar que nos últimos três parágrafos foram acrescentadas novas informações (8ª operação). Nas versões anteriores, o autor do texto omitiu informações importantes como o trabalho de conscientização do Inpe com a população em relação a esses animais e o quanto o desaparecimento deles pode prejudicar a cadeia alimentar animal.

Os erros gramaticais do texto foram corrigidos e as estruturas de frase truncadas foram reorganizadas (2ª, 3ª, 4ª e 7ª operações). A duração da matéria também diminuiu. Talvez essa versão final não seja a melhor. A matéria poderia ter sido reescrita de várias formas, mas com certeza está mais clara e no formato adequado, se comparada aos primeiros textos.

As operações de retextualização sugeridas por Marcuschi (2010) de alguma forma foram empregadas no processo de edição da reportagem, não na mesma ordem e, evidentemente, nem todas foram necessárias. Na prática, seria quase impossível editar um texto seguindo fielmente as operações do autor. Não haveria tempo para isso devido à correria do dia a dia nas redações. Mas podemos verificar que, mesmo inconscientemente, os editores fazem uso delas.

CONCLUSÃO

Ao longo desse estudo foi possível compreender o processo de produção de um texto jornalístico, principalmente, o de rádio. Cada veículo de comunicação tem o seu padrão textual e, no caso do rádio, é um texto escrito para ser lido. A informalidade, a instantaneidade e a objetividade são suas principais características, mas isso não significa que não seja um texto correto gramaticalmente. Repórteres e editores têm o papel de buscar essa adequação textual, principalmente, quando existe um público alvo definido e que interage, como é o caso do Jornal da Amazônia, da Rádio Nacional da Amazônia.

Existem regras que direcionam a elaboração de um bom texto radiojornalístico, como pudemos observar neste trabalho. Elas são repassadas basicamente durante o curso de Comunicação Social, em que há uma disciplina voltada exclusivamente para o radiojornalismo, e que fornece uma bibliografia básica, que inclui os chamados “manuais”, como foi aqui mencionado. Mas é a partir do estágio e do exercício da profissão que o jornalista vai ter a noção de como estruturar sua reportagem. Outro aspecto que também deve ser considerado para a elaboração do texto, é a linha editorial do veículo de comunicação, que determina de que forma um assunto vai ser abordado e quais fontes serão ouvidas.

Para aprofundar a busca pelo chamado “bom texto”, foram consultados autores da área de Letras que descrevem sete aspectos da textualidade que devem ser observados na produção textual. Após analisar a presença desses princípios nas matérias do Jornal da Amazônia, concluímos que a maioria deles é contemplada na construção dos textos. Dois deles podemos afirmar que são essenciais, como é o caso da coesão e da coerência. São esses aspectos que garantem a compreensão

textual e o bom encadeamento das ideias, evitando que o ouvinte tenha dúvidas e não assimile o conteúdo da mensagem. O aspecto da intencionalidade também reforça isso. Um texto é sempre escrito com uma intenção, e é ela que vai orientar sua confecção.

A informatividade, indiscutivelmente, é um aspecto inerente ao texto jornalístico, cujo objetivo principal é informar. Quanto maior for o grau de informatividade do texto, maior será o interesse do ouvinte e sua aceitabilidade. Mas como pudemos perceber ao longo deste estudo, o radiojornalista não deve contar com essa cumplicidade do ouvinte na hora de escrever sua matéria, característica principal do aspecto da aceitabilidade. Ele deve buscar todos os recursos possíveis para garantir o entendimento do ouvinte no momento em que ele ouve determinada reportagem. Não é como o caso dos jornais impressos e revistas, em que o leitor pode repetir a leitura caso haja alguma dúvida. Outro aspecto muito presente nas reportagens do Jornal da Amazônia é a situacionalidade. Como já foi dito, a rádio é voltada para os estados da Amazônia Legal, uma região cheia de peculiaridades e rica em sociobiodiversidade. A realidade da região não pode deixar de estar no contexto das pautas do jornal. E, finalmente, a intertextualidade é outro princípio que pudemos identificar nas reportagens do Jornal da Amazônia. A reportagem muitas vezes é baseada em informações de outro texto e a fonte costuma ser citada.

Partindo da concepção de que esses sete aspectos são considerados relevantes para a produção textual, podemos concluir que as reportagens do Jornal da Amazônia, e os textos jornalísticos de uma forma geral, contemplam e empregam esses princípios.

O processo de edição também é fundamental para a qualidade do texto final. Ele pode ser refeito ou reescrito, corrigindo erros, acrescentando ou retirando

informações. Na área de Letras existe a figura do revisor. No jornalismo, é o editor que tem o papel de buscar a adequação textual de acordo com o propósito do autor e o público a que se destina. O que chamamos neste trabalho de retextualização, contempla esse processo de transformação do texto. A retextualização é, especificamente, a passagem do texto falado para o escrito (fala-escrita). Mas buscamos uma relação com o texto de rádio, que é escrito para ser lido (escrita-leitura). Foi possível concluir que o texto de rádio também passa por um processo de retextualização, já que o que costuma dar origem ao “texto escrito para ser falado” é uma entrevista. Boa parte das reportagens é construída com base nas fontes, no que elas disseram sobre o assunto da matéria. Então podemos dizer que o processo de retextualização do texto de rádio se dá da seguinte forma: fala-escrita-leitura. Para se chegar a uma total transformação do texto falado para o escrito, o modelo de Marcuschi (2010) propõe nove operações para serem empregadas no processo de retextualização. No último capítulo deste trabalho, apresentamos a transformação de um texto de um estagiário do Jornal da Amazônia e o processo de edição e retextualização para se chegar ao texto final.

Concluimos que o texto de rádio emprega as nove operações. Mas isso não significa que elas são feitas na mesma ordem e que todas podem ser empregadas em um só texto. A dinâmica de edição e o tempo que o editor dispõe, não permite que ele adote integralmente um modelo como o de Marcuschi (2010). Mas, com certeza, serve como base para o editor refinar a edição de um texto e levantar aspectos que antes não eram considerados neste processo.

A partir deste trabalho, é possível perceber que há uma relação direta e semelhanças entre produção textual e edição na área jornalística e o processo de escrita e revisão na área de Letras.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro**. Rio de Janeiro/Brasília: Nova Fronteira/Instituto Nacional do Livro, 1986.

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de Radiojornalismo: Produção, Ética e Internet**. 2ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Entre a fala e a escrita: algumas reflexões sobre as posições intermediárias. *In*: PRETI, Dino (Org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

BORGES, Luciane Chedid Melo. **“Processo de Revisão de Textos Técnicos-Científicos na Embrapa Amazônia Oriental: proposta de melhoria**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

CHANTLER, Paul; HARRIS, Sim. **Radiojornalismo**. 2. ed. Revista e atualizada. São Paulo: Summus, 1998.

CHANTLER, Paul. STEWART, Peter. **Fundamentos do Radiojornalismo**. São Paulo: Roca, 2006.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT**: comentadas para trabalhos científicos. 3. ed. Revista e atualizada. Curitiba: Juruá, 2009.

KOCH, Ingedore Villaça. Intertextualidade e polifonia: um só fenômeno? *Revista D.E.L.T.A.*, 1991.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MEDITSCH, Eduardo. **O rádio na era da informação**: teoria e técnica do novo radiojornalismo. Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 2001.

PRETI, Dino. **Estudos de língua oral e escrita**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

PRETI, Dino (Org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

RIBEIRO, Ana Elisa. “Em busca do texto perfeito: (in)distinções entre as atividades do editor de texto e do revisor de provas na produção de livros”. **Anais do XII**

Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, Juiz de Fora (MG). São Paulo: Intercom, 2007.

VAL, Maria da Graça Costa Val. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VIEIRA, Josenia. **A oralidade e a ortografia**: dois pecados capitais do escrito. Interface, Brasília, 1991.

_____. O oral e escrito: a dupla face da interação verbal. In: Magalhães (Org.) **As múltiplas faces da linguagem**. Brasília: Editora da UnB, 1996.

_____. Práticas sociais de letramento e ensino crítico em língua portuguesa. In: VIEIRA, Josênia Antunes. SILVA, Denize Elena Garcia da (Org.). **Práticas de análise do discurso**. Brasília: Editora Plano, 2003.

YAMAZAKI, Cristina. “Editor de texto: quem é e o que faz”. **Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos (SP)**. Intercom: São Paulo, 2007.

ZANCHETA, Juvenal. **Imprensa Escrita e Telejornal**. São Paulo: Unesp, 2004.